

**relatório de
gestão**

ano financeiro de 2013

GÓIS |
MUNICÍPIO | 

baudi.
J.P.
PL
João
DBG.

MUNICÍPIO DE GÓIS

Praça da República

3330-310 Góis

Telefone: 235 770 110

Fax: 235 770 114

Internet:

URL: www.cm-gois.pt

E-Mail: correio@cm-gois.pt



Quadro 35 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Ação Social (Função 232).....	67
Quadro 36 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Saneamento (Função 243)	67
Quadro 37 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Abastecimento de Água (Função 244)	68
Quadro 38 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Resíduos Sólidos (Função 245).....	68
Quadro 39 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Cultura (Função 251).....	69
Quadro 40 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Desporto, Recreio e Lazer (Função 252)	70
Quadro 41 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Industria e Energia (Função 320).....	71
Quadro 42 - Imputação dos custos - Bens/Serviços dos Transportes Rodoviários (Função 331).....	71
Quadro 43 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Turismo (Função 342).....	72
Quadro 44 - Comparação custos (diretos e indiretos) por funções com ano 2012.....	72

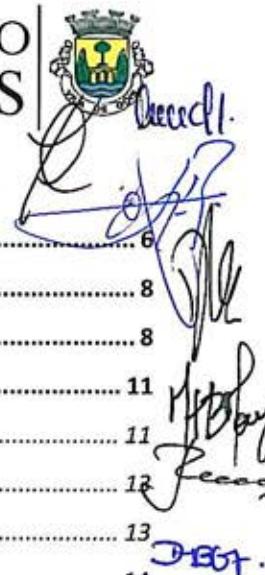
ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Receita	13
Gráfico 2 - Evolução da cobrança da receita corrente nos anos 2011, 2012 e 2013	14
Gráfico 3 - Evolução da cobrança da receita de capital nos anos 2011, 2012 e 2013	16
Gráfico 4 - Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Despesa (por pagamento).....	19
Gráfico 5- Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Despesa (por compromisso)	21
Gráfico 6 - Evolução dos pagamentos da despesa corrente nos anos 2011, 2012 e 2013	22
Gráfico 7 - Evolução dos pagamentos da despesa de capital nos anos 2011, 2012 e 2013	25
Gráfico 8- Estrutura do balanço – Ativo.....	41
Gráfico 9 - Estrutura do balanço - Fundos Próprios.....	42
Gráfico 10 - Estrutura do balanço - Passivo	42
Gráfico 11 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Operacionais	45
Gráfico 12 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Financeiros.....	45
Gráfico 13 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Extraordinários	46
Gráfico 14 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Operacionais.....	47
Gráfico 15 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Financeiros	48
Gráfico 16 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Extraordinárias	48
Gráfico 17 - Evolução do endividamento municipal nos anos de 2012 e 2013	53



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Fluxos de Caixa – Recebimentos.....	9
Quadro 2 - Fluxos de Caixa – Pagamentos.....	
Quadro 3 - Comparação Orçamento Anual vs Orçamento Corrigido da Receita.....	9
Quadro 4 - Comparação Orçamento Anual vs Orçamento Corrigido da Despesa	9
Quadro 5- Execução do Orçamento da Receita	11
Quadro 6 - Evolução da cobrança da receita corrente nos anos 2011, 2012 e 2013	14
Quadro 7 - Evolução da cobrança da receita de capital nos anos 2011, 2012 e 2013.....	15
Quadro 8 - Execução do Orçamento da Despesa (por pagamento)	17
Quadro 9 - Execução do Orçamento da Despesa (por compromisso)	20
Quadro 10 - Evolução da despesa corrente (pagamentos) nos anos 2011, 2012 e 2013.....	22
Quadro 11 - Evolução da despesa de capital (pagamentos) nos anos 2011, 2012 e 2013	24
Quadro 12 – Mapa resumo dos montantes previsto, corrigido e executado das GOP's.....	27
Quadro 13 - Execução das GOP's (por pagamentos)	28
Quadro 14 - Execução das GOP's (por compromissos)	29
Quadro 15 - Mapa de indicadores orçamentais	36
Quadro 16 - Evolução da estrutura do balanço nos anos de 2011, 2012 e 2013 – Ativo	39
Quadro 17 - Evolução da estrutura do balanço nos anos de 2011, 2012 e 2013 - Fundos Próprios e Passivo	40
Quadro 18 - Evolução da demonstração de resultados nos anos 2011, 2012 e 2013	43
Quadro 19 -Mapa de rácios financeiros.....	49
Quadro 20 - Dívida de empréstimos a médio e longo prazo	53
Quadro 21 - Situação face aos Limites ao Endividamento a Médio e Longo Prazo	55
Quadro 22 - Situação face ao Limite ao Endividamento Líquido	56
Quadro 23 - Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação.....	57
Quadro 24 – Trabalhadores segundo o género	57
Quadro 25 - Trabalhadores segundo o escalão etário.....	58
Quadro 26 - Encargos com Pessoal durante o ano de 2013	59
Quadro 27 - Comparação de Encargos com Pessoal entre 2012 e 2013	59
Quadro 28 - Encargos com prestações sociais.....	59
Quadro 29 - Comparação de Encargos com Prestações Sociais de 2012 e 2013.....	60
Quadro 30 - Cursos de Formação	60
Quadro 31 - Repartição dos custos (diretos e indiretos) por funções	63
Quadro 32 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Administração Geral (Função 111)	64
Quadro 33 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios (Função 121).....	65
Quadro 34 - Imputação dos custos - Bens/Serviços do Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino (Funções 211 e 212)	66



ÍNDICE

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS	6
2. ORÇAMENTO	8
2.1. Análise da Execução Orçamental.....	8
2.2 Receita	11
2.2.1. Análise Global.....	11
2.2.2. Desvios na receita.....	12
2.2.3. Evolução da Receita	13
2.2.3.1. Receitas Correntes.....	14
2.2.3.2. Receitas de Capital	15
2.3. Despesa	16
2.3.1. Análise Global da Despesa Paga	16
2.3.2. Desvios na Despesa Paga	18
2.3.3. Análise Global da Despesa Comprometida	19
2.3.4. Desvios da Despesa Comprometida	21
2.3.5. Evolução da Despesa (Pagamentos)	22
2.3.5.1. Despesa Corrente	22
2.3.5.2. Despesa de Capital	24
2.4 Conclusão	25
3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2013	27
3.1. Análise Global das GOP's (Pagamentos) e respetivos desvios	27
3.2. Análise Global das GOP's (Compromissos) e respetivos desvios.....	29
3.3. Análise das GOP's.....	30
3.4. Conclusão	34
4. ANÁLISE DAS RECEITAS E DA DESPESA	36
5. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	39
5.1. Balanço	39
5.2. Demonstração de resultados.....	43
6. ANÁLISE FINANCEIRA	49
7. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	52
7.1. Evolução da Dívida Municipal	52
7.2. Cumprimento dos Limites ao Endividamento Municipal.....	53
7.2.1. Endividamento a Médio e Longo Prazo.....	55
7.2.2. Endividamento Líquido.....	55
8. RECURSOS HUMANOS.....	57
8.1 Total de trabalhadores	57
8.2 Despesas com pessoal	58

relatório de
gestão

ano financeiro de 2013



[Handwritten signature]

58

59

60

62

64

66

70

74

74

74

8.2.1 – Encargos com pessoal	58
8.2.2 – Encargos com Prestações Sociais	59
8.3 – Formação.....	60
9. CONTABILIDADE DE CUSTOS	62
9.1. Funções Gerais.....	64
9.2. Funções Sociais.....	66
9.3. Funções Económicas	70
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	74



relatório de
gestão

ano financeiro de 2013

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei nº162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei nº60-A/2005, de 30 de dezembro, o órgão executivo deve apresentar ao órgão deliberativo um relatório de gestão que apresenta e justifica os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, assim como analisa a situação financeira do Município.

[Handwritten signature]

O presente documento segue de perto a estrutura recomendada no POCAL e está organizado em nove capítulos, a saber:

- Orçamento, que permite acompanhar, de forma sintética, a evolução e todo o processo de realização de despesas e arrecadação de receitas, permitindo também avaliar os desvios relativamente ao previsto;
- Grandes Opções do Plano (contempla o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes), que permite acompanhar e avaliar o desempenho e os desvios dos vários programas;
- Análise das Receitas e da Despesa, onde se analisam os vários indicadores orçamentais e a sua evolução;
- Evolução da Situação Económica e Financeira, onde se analisa o Balanço e a Demonstração de Resultados;
- Análise Financeira, construída a partir das demonstrações financeiras e que fornece um conjunto de indicadores financeiros;
- Evolução do Endividamento do Município, onde se analisa a dívida a fornecedores e a instituições bancárias e a situação face aos limites ao endividamento municipal, previstos na lei;
- Recursos Humanos, onde é apresentada uma síntese dos principais elementos constantes do Balanço Social;



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



- Contabilidade de Custos, onde são refletidos e repartidos os custos por função e os custos por bens e serviços da autarquia;

- Proposta de Aplicação de Resultados, em conformidade com o ponto 2.7.3. do POCAL;

Ainda de acordo com o POCAL, são exigidos vários documentos de prestação de contas, para além dos anteriormente referidos, relacionados com a contabilidade orçamental (Orçamento e GOP's) e de cariz essencialmente financeiro (Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos). São também de considerar os documentos exigidos pelo Tribunal de Contas que estão previstos na Resolução nº 4/2001 – 2^a Secção, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 26/2013 – 2^a Secção, de 21 de novembro.



2. ORÇAMENTO

2.1. Análise da Execução Orçamental

Neste ponto, e em termos orçamentais, irá ser analisada a execução orçamental e a sua evolução.

No ano económico de 2013, o Município de Góis continuou a respeitar o cumprimento dos princípios orçamentais e contabilísticos enunciados no POCAL, tendo o Orçamento da Autarquia, aprovado em Assembleia Municipal em 27 de dezembro de 2012, sido elaborado de acordo com as regras contabilística e previsionais fixadas no Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro (com as devidas alterações) e no Decreto-Lei nº26/2002, de 14 de fevereiro.

Para o exercício económico de 2013, o Orçamento foi aprovado com um total de 9.976.968,00 €, sendo que o orçamento da receita é dividido em 6.200.919,00 € na parte corrente e 3.776.049,00 € na parte de capital e o orçamento da despesa corresponde, em termos corrente e capital, a 5.352.600,00 € e a 4.624.368,00 €, respetivamente.

Os quadros 1 e 2 mostram os recebimentos e os pagamentos ocorridos em 2013:

Quadro 1 - Fluxos de Caixa – Recebimentos

	Entradas de Fundos	Total (2012)	2013		
			Total	Operações de Tesouraria	Operações Orçamentais
1	Saldo da Gerência Anterior	1.333.094,56	1.468.407,90	601.293,78	867.114,12
2	Receitas Orçamentais	8.575.150,86	7.238.265,30		7.238.265,30
	Correntes	5.111.661,62	6.017.630,25		6.017.630,25
	Capital	3.440.148,28	1.201.733,43		1.201.733,43
	Outras	23.340,96	18.901,62		18.901,62
3	Operações de Tesouraria	546.859,50	608.674,12	608.674,12	
4	Total das Receitas (2+3)	9.122.010,36	7.846.939,42	608.674,12	7.238.265,30

Pela análise do quadro 1, constata-se que no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, o valor das entradas totalizaram a importância de 7.846.939,42 €, sendo que 7.238.265,30 € são provenientes de receitas orçamentais e 608.674,12 € correspondem a receitas de operações de tesouraria.





Quadro 2 - Fluxos de Caixa – Pagamentos

Saída de Fundos	Total (2012)	2013		
		Total	Operações de Tesouraria	Operações Orçamentais
5 Despesas Orçamentais	8.529.856,28	7.510.818,45		7.510.818,45
Correntes	5.135.258,77	5.405.948,27		5.405.948,27
Capital	3.394.597,51	2.104.870,18		2.104.870,18
6 Operações de Tesouraria	456.840,74	621.939,74	621.939,74	
7 Total das Despesas (5+6)	8.986.697,02	8.132.758,19	621.939,74	7.510.818,45
8 Saldo para a Gerência Seguinte	1.468.407,90	1.182.589,13	588.028,16	594.560,97

Quanto à saída de fundos, estas ascenderam neste período a 8.132.758,19 €, repartida pelas despesas orçamentais (7.510.818,45 €) e pelas operações de tesouraria (621.939,74 €).

O saldo para a gerência do ano de 2014 é de 1.182.589,13 €, sendo 594.560,97 € referente a operações orçamentais e 588.028,16 € a operações de tesouraria (menos 285.818,77 € que no ano anterior).

Quadro 3 - Comparação Orçamento Anual vs Orçamento Corrigido da Receita

/	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DIFERENÇA	
			Valor	%
Corrente	6.200.919,00	6.200.919,00	0,00	0,00
Capital	3.775.049,00	2.249.249,63	-1.525.799,37	-40,42
Outras Receitas	1.000,00	867.614,12	866.614,12	86.661,41
TOTAL	9.976.968,00	9.317.782,75	-659.185,25	-6,61

Quadro 4 - Comparação Orçamento Anual vs Orçamento Corrigido da Despesa

/	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DIFERENÇA	
			Valor	%
Corrente	5.352.600,00	6.169.514,75	816.914,75	15,26
Capital	4.624.368,00	3.148.268,00	-1.476.100,00	-31,92
TOTAL	9.976.968,00	9.317.782,75	-659.185,25	-6,61

O Orçamento, durante o ano de 2013, sofreu 24 modificações orçamentais, das quais 21 foram alterações e 3 revisões. Estas modificações originaram um decréscimo global do orçamento de



6,61%, isto é, entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido existe uma diferença de 659.185,25 €.

A diferença apurada deve-se, por um lado, à incorporação na receita do saldo da gerência anterior (+240.814,75 €). No entanto, foram ainda efetuados alguns ajustamentos em termos de despesa, que resultaram numa diminuição de receita, mais concretamente no valor do investimento de alguns projetos no que respeita ao valor necessário para 2013, dos quais se destacam:

DBGT.

- a) Ajustamento, em termos de execução plurianual, do projeto "Parque Municipal – Construção" (-495.000,00 €).
- b) Ajustamento, em termos de execução plurianual, do projeto "Construção do tanque de água do Cadafaz" (-25.000,00 €).
- c) Ajustamento, em termos de execução plurianual, do projeto "Sistema autónomo de abastecimento de água da Cabreira" (-39.000,00 €).
- d) Ajustamento, em termos de execução plurianual, do projeto "Beneficiação da zona de caça municipal" (-39.000,00 €).
- e) Ajustamento, em termos de execução plurianual, do projeto "Recuperação do espaço público e infraestrutura da aldeia do Loural" (-45.000,00 €).
- f) Ajustamento, em termos de execução, dos projetos "Abertura e limpeza de estradas e aceiros", "Centro Escolar de Alvares - Construção" "Escola Básica 2/3 de Góis – beneficiação", "Revisão do Plano Diretor Municipal", "Casa da Cultura – aquisição de equipamento", "Construção do corredor de ligação entre praias (Peneda e Pêgo Escuro)", "Implantação da praia fluvial de Alvares", "Implantação da praia fluvial da Ponte Sotão" (-257.000,00 €).





(Handwritten signatures)

2.2 Receita

2.2.1. Análise Global

A receita orçamental ascendeu em 2013 aos 8.084.622,12 €, sendo a sua execução correspondente a 86,77%.

DAGA

Quadro 5- Execução do Orçamento da Receita

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (ATUAL)	RECEITA COBRADA	DESVIO	ÍNDICE DE COBRANÇA (%)
CORRENTE				
1. Impostos diretos	474.127,00	625.703,92	151.576,92	131,97
2. Impostos Indiretos	2.568,00	10.856,82	8.288,82	422,77
3. Taxas, multas e outras penalidades	229.145,00	262.118,28	32.973,28	114,39
4. Rendimentos de propriedade	660.000,00	480.770,74	-179.229,26	72,84
5. Transferências correntes	4.256.622,00	4.154.564,78	-102.057,22	97,60
6. Vendas de bens e serviços correntes	437.373,00	411.214,08	-26.158,92	94,02
7. Outras receitas correntes	141.084,00	51.644,33	-89.439,67	36,61
SUB-TOTAL	6.200.919,00	5.996.872,95	-204.046,05	96,71
CAPITAL				
1. Venda de bens de investimento	292.228,63	55.355,20	-236.873,43	18,94
2. Transferências de capital	1.949.021,00	1.146.378,23	-802.642,77	58,82
3. Ativos Financeiros	7.500,00	0,00	-7.500,00	0,00
4. Outras receitas de capital	500,00	0,00	-500,00	0,00
SUB-TOTAL	2.249.249,63	1.201.733,43	-1.047.516,20	53,43
OUTRAS RECEITAS				
1. Rep. não abatidas nos pagamentos	500,00	18.901,62	18.401,62	3.780,32
2. Saldo da gerência anterior	867.114,12	867.114,12	0,00	100,00
SUB-TOTAL	867.614,12	886.015,74	18.401,62	102,12
TOTAL	9.317.782,75	8.084.622,12	-1.233.160,63	86,77

A receita corrente obteve um grau de execução de 96,71%. Constatase pela análise do quadro anterior que, excetuando as rubricas das Outras Receitas Correntes e dos Rendimentos de Propriedade, todos os grupos de receita corrente tiveram um índice de cobrança acima dos 90%. Os capítulos de Impostos Indiretos, Impostos Diretos e Taxas, Multas e Outras Penalidades ultrapassaram a previsão corrigida, com 422,77%, 131,97% e 114,39% de índice de cobrança, respetivamente.



Pela análise mais cuidada do Mapa de Controlo Orçamental da Receita¹, constata-se que, no que diz respeito aos impostos, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e a maioria dos Impostos Indiretos, não ultrapassaram as previsões corrigidas. Já o Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto Único de Circulação tiveram uma cobrança superior ao previsto, com um desvio positivo total de 174.405,98 €. De salientar que relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis, este obteve um desvio positivo de 144.068,68 €, do qual 68.576,94 € resulta da avaliação geral dos prédios urbanos levada a efeito durante o ano de 2012, de acordo com o previsto no CIMI, com as alterações introduzidas pela Lei nº60-A/2011, de 30 de Novembro.

Já as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram uma execução de 114,39%, nas quais os Juros Compensatórios e as Multas e Penalidades Diversas obtiveram uma execução de 275,26% e 675,88%, respetivamente.

Nos Rendimentos de Propriedade, com uma execução de 72,84%, não se verifica nenhuma rubrica que apresente uma cobrança superior à prevista.

A rubrica Transferências Correntes apresenta uma taxa de execução de 97,60%, enquanto que as Vendas de Bens e Serviços Correntes surge com um grau de execução 94,02%, tendo tanto a Venda de Bens como a Venda de Serviços uma cobrança superior ao previsto.

A receita de capital registou 53,43% de execução, sendo a rubrica com maior execução as Transferências de Capital com 58,82% de índice de cobrança.

Nas Transferências de Capital, que registaram 58,82% de execução, é de destacar que as transferências dos Fundos Municipais inscritos no Orçamento de Estado tiveram uma execução de 100% e as Outras Transferências da Administração Central de 133,33%.

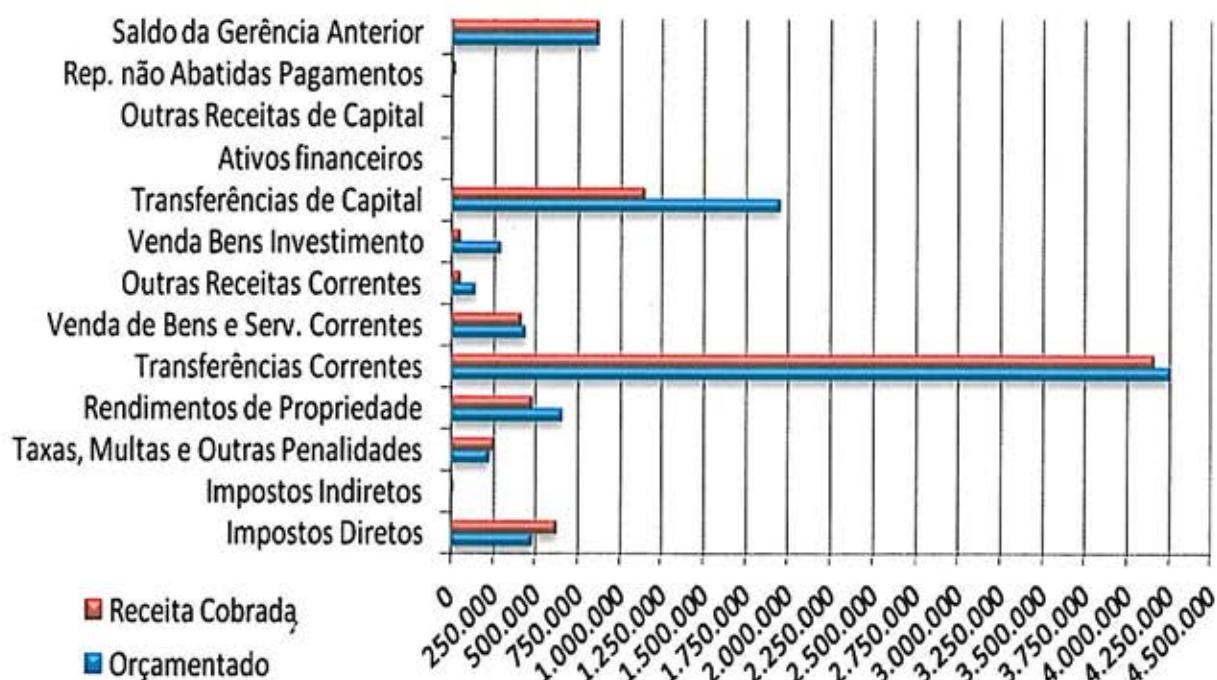
¹ Vide documentos da prestação de contas



2.2.2. Desvios na receita

Da análise aos desvios mais significativos, destacam-se, na parte corrente, a rubrica dos Impostos Diretos, onde se cobraram mais 151.576,92 € do que o inicialmente previsto e dos Rendimentos de Propriedade, que tiveram um desvio para menos de 179.229,26 €. Na receita de capital verifica-se que a receita cobrada foi inferior à inicialmente prevista.

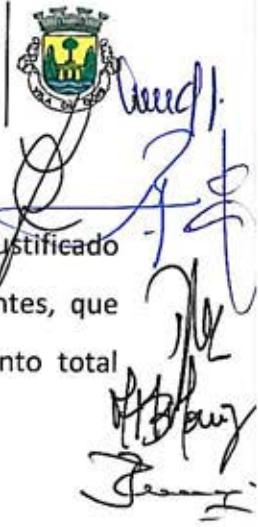
Gráfico 1 - Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Receita



Através da leitura do gráfico anterior verifica-se exatamente o referido anteriormente, isto é, o desvio existente na Vendas de Bens de Investimento e nas Transferências de Capital.

2.2.3. Evolução da Receita

A evolução da receita irá ser efetuada com base na comparação da cobrança dos anos de 2011, 2012 e 2013.



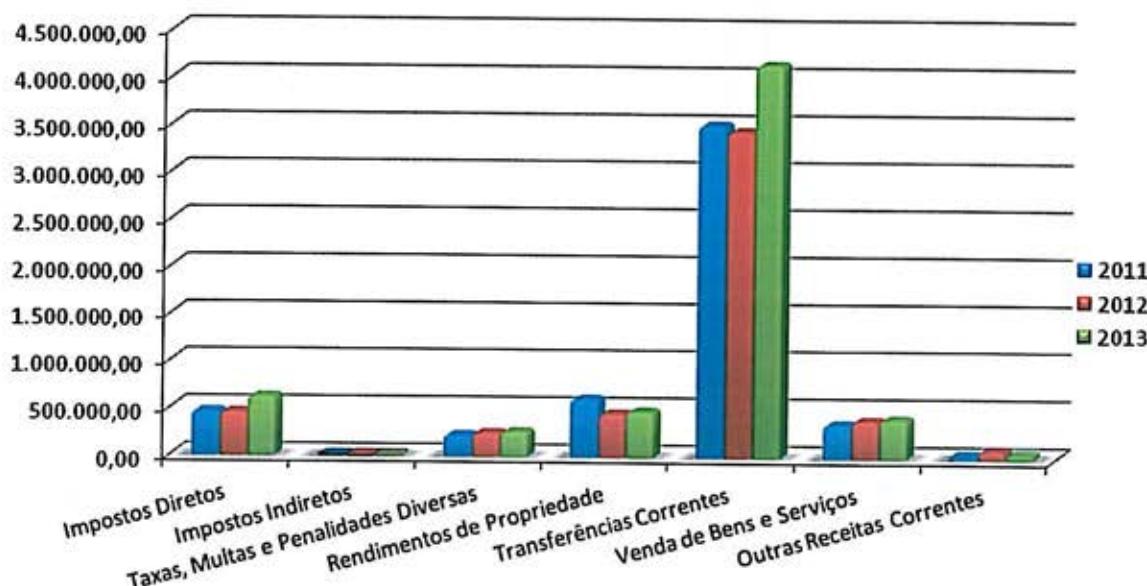
2.2.3.1. Receitas Correntes

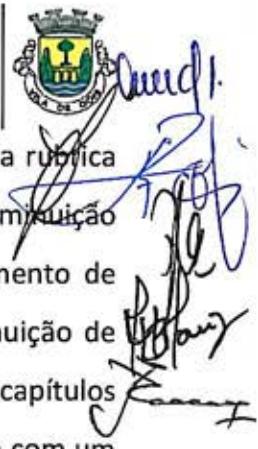
As receitas correntes sofreram um acréscimo de 2012 para 2013 em 17,47%, justificado nomeadamente com as rubricas dos Impostos Directos e das Transferências Correntes, que contribuem com +164.868,77 € e +705.535,66 €, respetivamente, para um aumento total registado nas receitas correntes de 891.869,21 €.

Quadro 6 - Evolução da cobrança da receita corrente nos anos 2011, 2012 e 2013

DESIGNAÇÃO	2011	2012	VAR 11/12	2013	VAR 12/13	
	(2)	(2)	% (2)/(1)	(3)	VALOR (3)-(2)	% (4)=(3)/(2)
1 - RECEITAS CORRENTES	5.211.085,59	5.105.003,74	-2,04	5.996.872,95	891.869,21	17,47
1.1. Impostos Directos	466.855,80	460.835,15	-1,29	625.703,92	164.868,77	35,78
1.2. Impostos Indirectos	2.204,36	3.303,83	49,88	10.856,82	7.552,99	228,61
1.3. Taxas, Multas e Penalidades	225.261,00	249.151,78	10,61	262.118,28	12.966,50	5,20
1.4. Rendimentos de Propriedade	609.686,41	458.789,73	-24,75	480.770,74	21.981,01	4,79
1.5. Transferências Correntes	3.514.570,76	3.449.029,12	-1,86	4.154.564,78	705.535,66	20,46
1.6. Venda de Bens e Serviços	356.808,61	395.629,12	10,88	411.214,08	15.584,96	3,94
1.7. Outras Receitas Correntes	35.698,65	88.265,01	147,25	51.644,33	-36.620,68	-41,49

Gráfico 2 - Evolução da cobrança da receita corrente nos anos 2011, 2012 e 2013





De 2011 para 2012 registou-se um decréscimo na receita corrente de 2,04%, sendo a rubrica Rendimentos de Propriedade a que mais contribuiu, em termos de valor, com uma diminuição de 150.896,68 €. Em 2013, e comparativamente a 2012, houve desta vez um aumento de 17,47%. Na receita corrente é visível apenas em um capítulo a ocorrência de diminuição de receita, nas Outras Receitas Correntes, com uma variação negativa de 41,49%. Dos capítulos que apresentaram um incremento destacam-se os Impostos Diretos, que contribuíram com um aumento de 35,78%, as Transferências Correntes, com 20,46% e os Rendimentos de Propriedade, com um aumento de 4,79%.

2.2.3.2. Receitas de Capital

Pela análise do quadro e gráfico seguintes verifica-se que as receitas de capital no seu global tiveram aumento de 2011 para 2012 de 13,59% (411.651,74 €) e uma diminuição bastante significativa, de 65,07%, de 2012 para 2013, o correspondente a 2.238.414,85 €.

Quadro 7 - Evolução da cobrança da receita de capital nos anos 2011, 2012 e 2013

DESIGNAÇÃO	2011	2012	VAR 11/12	2013	VAR 12/13	
	(1)	(2)	% (2)/(1)	(3)	VALOR (3)-(2)	% (4)=(3)/(2)
2 - RECEITAS DE CAPITAL	3.028.496,54	3.440.148,28	13,59	1.201.733,43	-2.238.414,85	-65,07
2.1. Terrenos	36.387,00	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00
2.2. Edifícios	0,00	12.056,00	100,00	24.600,00	12.544,00	104,05
2.3. Outros Bens de Investimento	2.556,67	21.981,18	759,76	30.755,20	8.774,02	39,92
2.4. Transferências de Capital	2.739.552,87	2.873.412,49	4,89	1.146.378,23	-1.727.034,26	-60,10
2.5. Ativos Financeiros	0,00	35.008,61	100,00	0,00	-35.008,61	-100,00
2.5. Passivos Financeiros	250.000,00	497.690,00	99,08	0,00	-497.690,00	-100,00

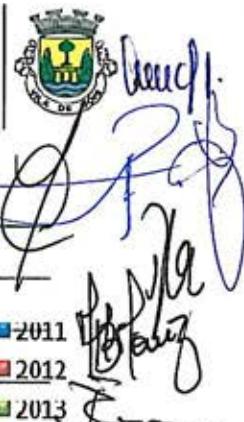
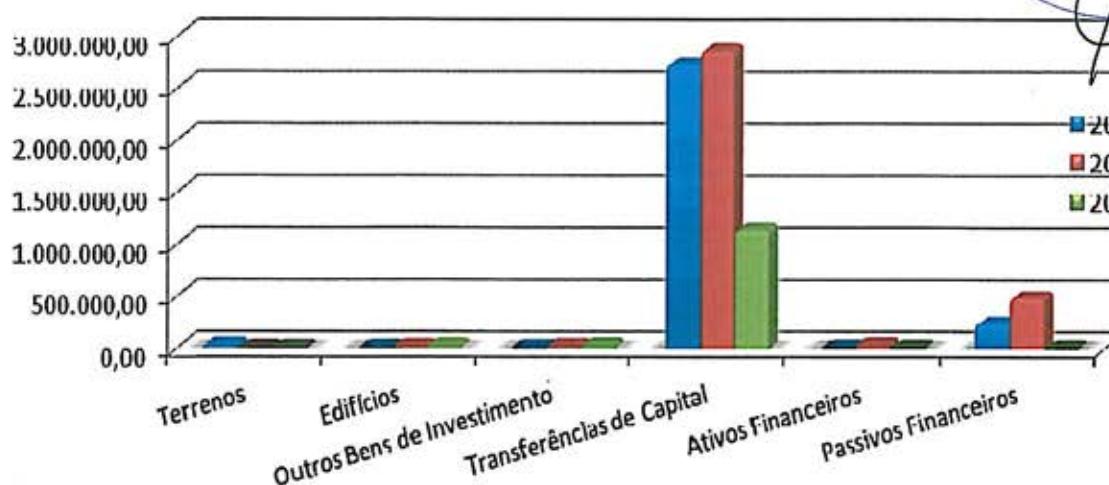


Gráfico 3 - Evolução da cobrança da receita de capital nos anos 2011, 2012 e 2013



De 2012 para 2013 a Alienação de Edifícios teve um acréscimo de 12.544,00 €, devido ao recebimento do valor correspondente à venda da fração B do Lote 3 da Zona Industrial de Góis à entidade Moto Castanheira, Unipessoal, Lda. que se havia concretizado no ano anterior e devido à venda da fração C do Lote 3 da Zona Industrial de Góis a Celso Fernando Dias Ventura. No que diz respeito à rubrica Transferências de Capital, os fundos respeitantes aos projetos financiados tiveram uma diminuição de aproximadamente 1.080.000,00 €, diminuição justificada principalmente pelo recebimento, no ano de 2012, da maior parcela da participação dos projetos "Casa da Cultura de Góis", "Recuperação dos Espaços e Infra-Estruturas da Aldeia do Loural", "Ampliação da Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância de Góis" e "Centro Escolar de Alvares".

2.3. Despesa

2.3.1. Análise Global da Despesa Paga

Tal como foi referido anteriormente a despesa orçamental ascendeu, em 2013, aos 7.510.818,45 €, obtendo uma execução do orçamento da despesa de 80,61%.

relatório de
gestão

ano financeiro de 2013



Quadro 8 - Execução do Orçamento da Despesa (por pagamento)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA PAGA	DESVIOS	ÍNDICE DE PAGAMENTO (%)
CORRENTE				
1. Despesas com pessoal	2.923.900,00	2.801.054,80	-122.845,20	95,80
2. Aquisição de bens	617.100,00	439.414,00	-177.686,00	71,21
3. Aquisição de serviços	1.836.350,00	1.387.930,30	-448.419,70	75,58
4. Juros e outros encargos	49.200,00	47.462,00	-1.738,00	96,47
5. Transferências correntes	639.100,00	634.130,35	-4.969,65	99,22
6. Outras despesas correntes	103.864,75	95.956,82	-7.907,93	92,39
SUB-TOTAL	6.169.514,75	5.405.948,27	-763.566,48	87,62
CAPITAL				
1. Terrenos	25.668,00	1.348,20	-24.319,80	5,25
2. Habitações	500,00	0,00	-500,00	0,00
3. Edifícios	534.000,00	378.457,79	-155.542,21	70,87
4. Construções diversas	23.500,00	9.589,65	-13.910,35	40,81
5. Equipamento de transporte	18.000,00	5.761,79	-12.238,21	32,01
6. Maquinaria e equipamento	365.500,00	304.746,70	-60.753,30	83,38
7. Artigos e objetos de valor	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
8. Investimentos incorpóreos	85.500,00	18.019,50	-67.480,50	21,08
9. Outros investimentos	3.500,00	944,91	-2.555,09	27,00
10. Locação financeira	31.500,00	27.476,02	-4.023,98	87,23
11. Bens de domínio público	1.238.400,00	667.279,50	-571.120,50	53,88
12. Transferências de capital	161.000,00	99.984,77	-61.015,23	62,10
13. Passivos financeiros	660.000,00	591.261,35	-68.738,65	89,59
14. Outras despesas de capital	200,00	0,00	-200,00	0,00
SUB-TOTAL	3.148.268,00	2.104.870,18	-1.043.397,82	66,86
TOTAL	9.317.782,75	7.510.818,45	-1.806.964,30	80,61

A despesa corrente obteve um grau de execução de 87,62%, sendo os capítulos de Transferências Correntes, Juros e Outros Encargos e Despesas com Pessoal, os que apresentaram maior execução, com 99,22%, 96,47% e 95,80% de índice de pagamento, respectivamente.

Através de uma análise mais cuidada do Mapa de Controlo Orçamental da Despesa², constata-se que nas Despesas com Pessoal, o agrupamento com maior execução são as Remunerações Certas e Permanentes com 98,42% de execução.

A despesa de capital registou 66,86% de execução, sendo as rubricas com maior execução os Passivos Financeiros, a Locação Financeira e a Maquinaria e Equipamento (Aquisição de Bens de Capital), com um índice de pagamento de 89,59%, 87,23% e 83,38%, respetivamente.

No que respeita às despesas de capital, destacam-se a Aquisição de Bens de Capital, que comportam as rubricas dos Terrenos aos Bens de Domínio Público constantes no quadro anteriormente apresentado, teve uma execução de 60,75% e as Transferências de Capital que tiveram uma execução de 62,10%. É de referir que, relativamente a esta matéria, será efetuada uma análise mais pormenorizada aquando da análise das Grandes Opções do Plano.

2.3.2. Desvios na Despesa Paga

Pela análise do quadro anteriormente apresentado e gráfico seguinte, o maior desvio na despesa corrente registou-se na Aquisição de Serviços (-448.419,70 €) e na despesa de capital, nas despesas com Bens de Domínio Público (-571.120,50 €).

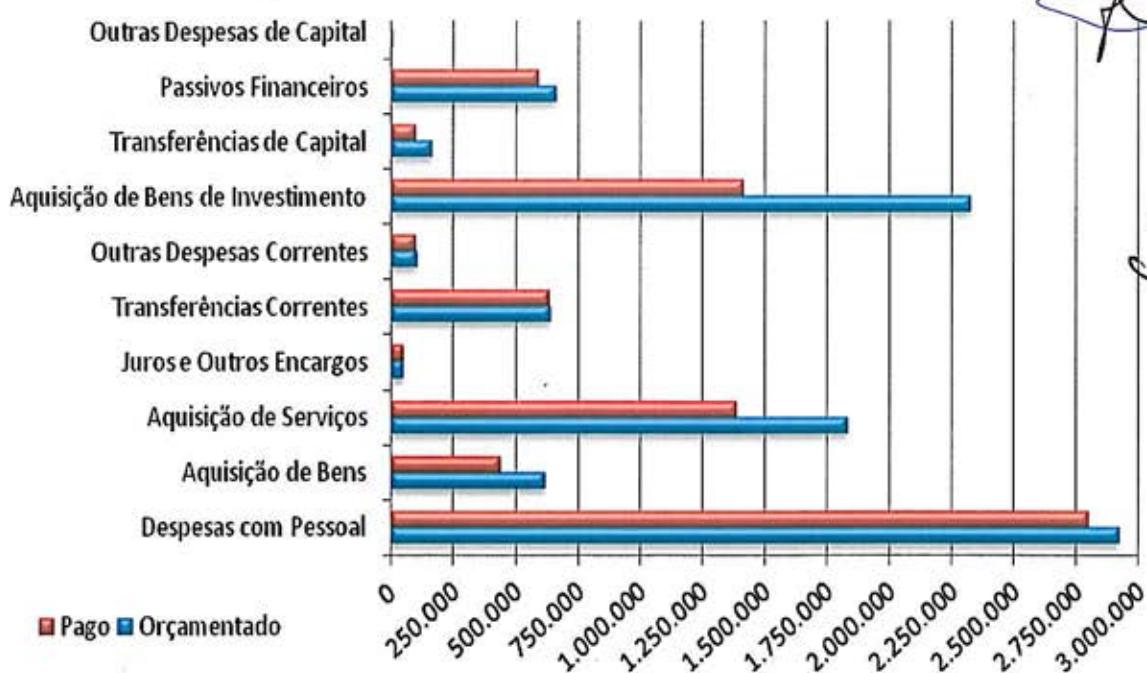
A execução global do orçamento da despesa é fortemente influenciada pela escassa receita de capital.

² Vide documentos da prestação de contas





Gráfico 4 - Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Despesa (por pagamento)



2.3.3. Análise Global da Despesa Comprometida

Se em vez dos pagamentos tivermos como referência os compromissos assumidos para com entidades terceiras, a despesa orçamental ascendeu em 2013 aos 8.350.420,19 €, mais 839.601,74 € do que se tivermos em conta a despesa paga.

Também a execução do orçamento da despesa passa de 80,61% para 89,62%.



Quadro 9 - Execução do Orçamento da Despesa (por compromisso)

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	DESPESA COMPROMETIDA	DESVIOS	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO (%)
CORRENTE				
1. Despesas com pessoal	2.923.900,00	2.841.510,08	-82.389,92	97,18
2. Aquisição de bens	617.100,00	565.790,24	-51.309,76	91,69
3. Aquisição de serviços	1.836.350,00	1.698.946,90	-137.403,10	92,52
4. Juros e outros encargos	49.200,00	47.462,00	-1.738,00	96,47
5. Transferências correntes	639.100,00	634.671,26	-4.428,74	99,31
6. Outras despesas correntes	103.864,75	98.830,72	-5.034,03	95,15
SUB-TOTAL	6.169.514,75	5.887.211,20	-282.303,55	95,42
CAPITAL				
1. Terrenos	25.668,00	2.128,20	-23.539,80	8,29
2. Habitações	500,00	0,00	-500,00	0,00
3. Edifícios	534.000,00	421.103,84	-112.896,16	78,86
4. Construções diversas	23.500,00	9.973,41	-13.526,59	42,44
5. Equipamento de transporte	18.000,00	9.647,27	-8.352,73	53,60
6. Maquinaria e equipamento	365.500,00	317.885,64	-47.614,36	86,97
7. Artigos e objetos de valor	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
8. Investimentos incorpóreos	85.500,00	48.800,25	-36.699,75	57,08
9. Outros investimentos	3.500,00	1.697,61	-1.802,39	48,50
10. Locação financeira	31.500,00	27.476,02	-4.023,98	87,23
11. Bens de domínio público	1.238.400,00	933.250,63	-305.149,37	75,36
12. Transferências de capital	161.000,00	99.984,77	-61.015,23	62,10
13. Passivos financeiros	660.000,00	591.261,35	-68.738,65	89,59
14. Outras despesas de capital	200,00	0,00	-200,00	0,00
SUB-TOTAL	3.148.268,00	2.463.208,99	-685.059,01	78,24
TOTAL	9.317.782,75	8.350.420,19	-967.362,56	89,62

Através da análise dos quadros 9 e 10, e no que concerne à despesa corrente, a diferença de execução entre o pago e o comprometido não é muito significativa, sendo de apenas de 7,80%. No entanto esta diferença é um pouco mais expressiva quando se trata da despesa de capital. Na despesa de capital a taxa de execução, tendo em conta os pagamentos, é de 66,86% e sobe para os 78,24%, se tivermos em conta os compromissos assumidos (+11,38%).

Esta análise comparativa entre os compromissos e os pagamentos é importante na medida em que a taxa de execução tanto do Orçamento como das Grandes Opções do Plano é efetuada

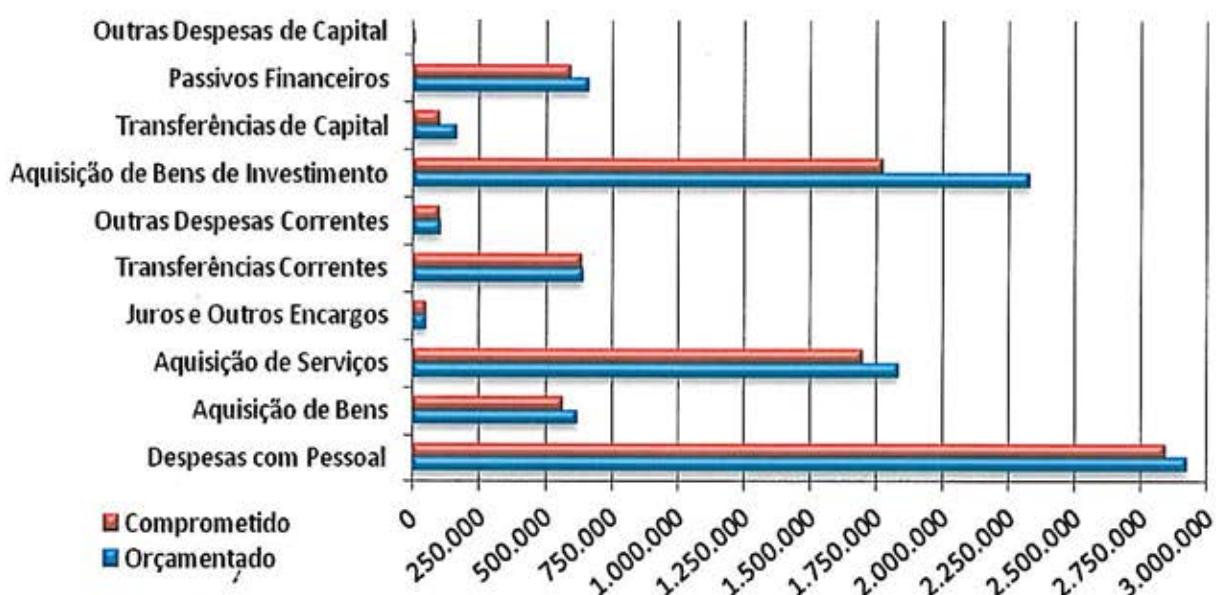




através da execução financeira (pagamentos). A divergência entre o comprometido e o pago, demonstra que apesar de não existirem pagamentos relativamente a determinada rubrica, já existe uma obrigação assumida perante um terceiro, e que poderá ou não já estar executada (a execução, nesta perspetiva, verifica-se pela correspondente emissão de documento de despesa, mas que ainda não se encontra paga).

2.3.4. Desvios da Despesa Comprometida

Gráfico 5- Comparação Orçamento Corrigido vs Execução da Despesa (por compromisso)



Conjugando a análise dos quadro e gráfico anteriores com o quadro 8 e gráfico 4, constata-se um menor desvio entre o orçado e o comprometido do que em relação à divergência entre despesa orçada e paga na generalidade das rubricas.



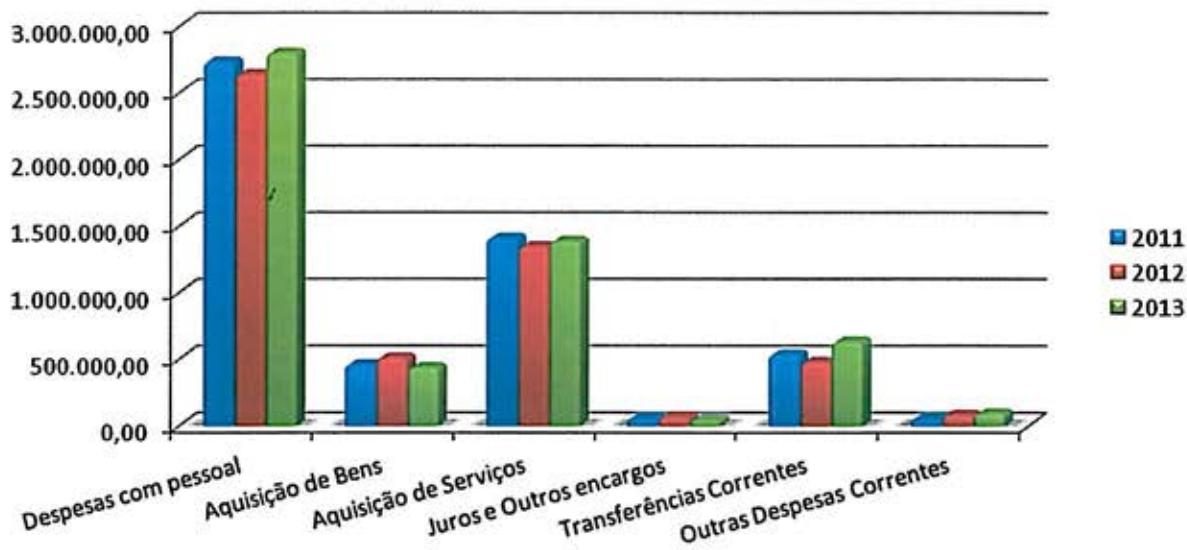
2.3.5. Evolução da Despesa (Pagamentos)

2.3.5.1. Despesa Corrente

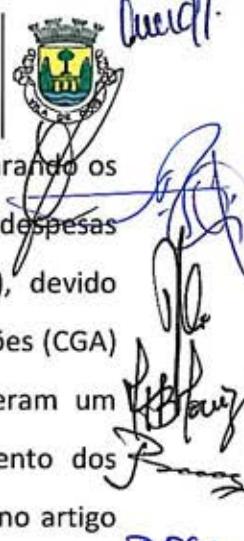
Quadro 10 - Evolução da despesa corrente (pagamentos) nos anos 2011, 2012 e 2013

DESIGNAÇÃO	2011	2012	VAR 11/12	2013	VAR 12/13	
	(1)	(2)	% (2)/(1)	(3)	VALOR (3)-(2)	% (4)=(3)/(2)
DESPESAS CORRENTES	5.246.223,99	5.135.258,77	-2,12	5.405.948,27	270.689,50	5,27
Despesas com pessoal	2.736.092,29	2.641.699,11	-3,45	2.801.054,80	159.355,69	6,03
Aquisição de bens	459.634,29	511.036,54	11,18	439.414,00	-71.622,54	-14,02
Aquisição de serviços	1.410.822,80	1.348.767,39	-4,40	1.387.930,30	39.162,91	2,90
Juros e outros encargos	54.938,31	67.944,36	23,67	47.462,00	-20.482,36	-30,15
Transferências correntes	535.733,54	481.282,78	-10,16	634.130,35	152.847,57	31,76
Outras despesas correntes	49.002,76	84.528,59	72,50	95.956,82	11.428,23	13,52

Gráfico 6 - Evolução dos pagamentos da despesa corrente nos anos 2011, 2012 e 2013



A despesa corrente de 2011 para 2012 registou um decréscimo de 2,12%, sendo de salientar que, das seis rubricas, três sofreram diminuições e três aumentaram, com destaque para as Despesas com Pessoal, que diminuíram cerca de 3%. De 2012 para 2013, registou-se um acréscimo da despesa corrente paga, em 270.689,50 €, o que representa um aumento de 5,27%, constatando-se que a rubrica Despesas com Pessoal é a mais representativa desse aumento, registando uma variação positiva de 159.355,69 €.



Numa análise mais pormenorizada, e relativamente às Despesas com Pessoal, comparando os anos de 2012 e 2013, verifica-se que o maior acréscimo, em valor, se registou nas despesas com Segurança Social com um aumento significativo de 102.533,12 € (+22,26%), devido principalmente ao aumento da taxa de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) de 15% para 20%. No caso das Remunerações Certas e Permanentes, estas tiveram um aumento de 71.990,80 € (3,44%), que se deveu principalmente ao não pagamento dos subsídios de férias e de Natal verificado no ano de 2012, de acordo com o disposto no artigo 21º da Lei nº 64-B/2011, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2012). Verificou-se ainda um decréscimo nos Abonos Variáveis ou Eventuais em 17,38%.

Na Aquisição de Bens, a maioria das rubricas sofreram um decréscimo em 2013 comparativamente a 2012, principalmente na rubrica Combustíveis e Lubrificantes (de 245.600,90 € em 2012 para 181.973,83 € em 2013) e Outros Bens (82.205,30 € em 2012 para 54.841,63 € em 2013). É ainda de salientar um aumento significativo na rubrica de Material de Transporte-Peças no montante de 7.881,39 €.

A Aquisição de Serviços registou um acréscimo de 2,90% (o correspondente a 39.162,91 €). A rubrica que mais aumentou em valor de 2012 para 2013 foi a correspondente aos Encargos de instalações (+73.382,94 €), existindo, no entanto, as rubricas Outros Serviços e Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, com diminuições significativas, ambas na ordem dos 25.000,00 €.

No que respeita aos Juros e Outros Encargos, estes registaram uma diminuição de 20.482,36 € (-30,15%) devido principalmente ao facto de em 2013 se ter concluído o pagamento de três empréstimos bancários.





2.3.5.2. Despesa de Capital

Quadro 11 - Evolução da despesa de capital (pagamentos) nos anos 2011, 2012 e 2013

DESIGNAÇÃO	2011	2012	VAR 11/12	2013	VAR 12/13	
	(1)	(2)	% (2)/(1)	(3)	VALOR (3)-(2)	% (4)=(3)/(2)
DESPESAS DE CAPITAL	3.184.434,83	3.394.597,51	6,60	2.104.870,18	1.289.727,33	-37,99
Terrenos	142.027,50	0,00	-100,00	1.348,20	1.348,20	100,00
Edifícios	1.485.942,74	1.353.025,20	-8,94	378.457,79	-974.567,41	-72,03
Construções diversas	0,00	31.612,54	100,00	9.589,65	-22.022,89	100,00
Material de transporte	34.017,69	34.076,44	0,17	5.761,79	-28.314,65	-83,09
Maquinaria e equipamento	114.686,15	40.748,90	-64,47	304.746,70	263.997,80	647,86
Artigos e objectos de valor	3.075,74	0,00	-100,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos incorpóreos	15.344,25	50.439,50	228,72	18.019,50	-32.420,00	-64,28
Outros investimentos	1.322,97	2.565,75	93,94	944,91	-1.620,84	-63,17
Locação financeira	29.761,02	44.153,67	48,36	27.476,02	-16.677,65	-37,77
Bens de domínio público	479.184,09	1.146.246,52	139,21	667.279,50	-478.967,02	-41,79
Transferências de capital	382.500,00	145.777,93	-61,89	99.984,77	-45.793,16	-31,41
Passivos financeiros	496.572,68	509.564,06	2,62	591.261,35	81.697,29	16,03
Outras despesas de capital	0,00	36.387,00	0,00	0,00	-36.387,00	100,00
TOTAL	8.430.658,82	8.529.856,28	1,18	7.510.818,45	1.019.037,83	-11,95



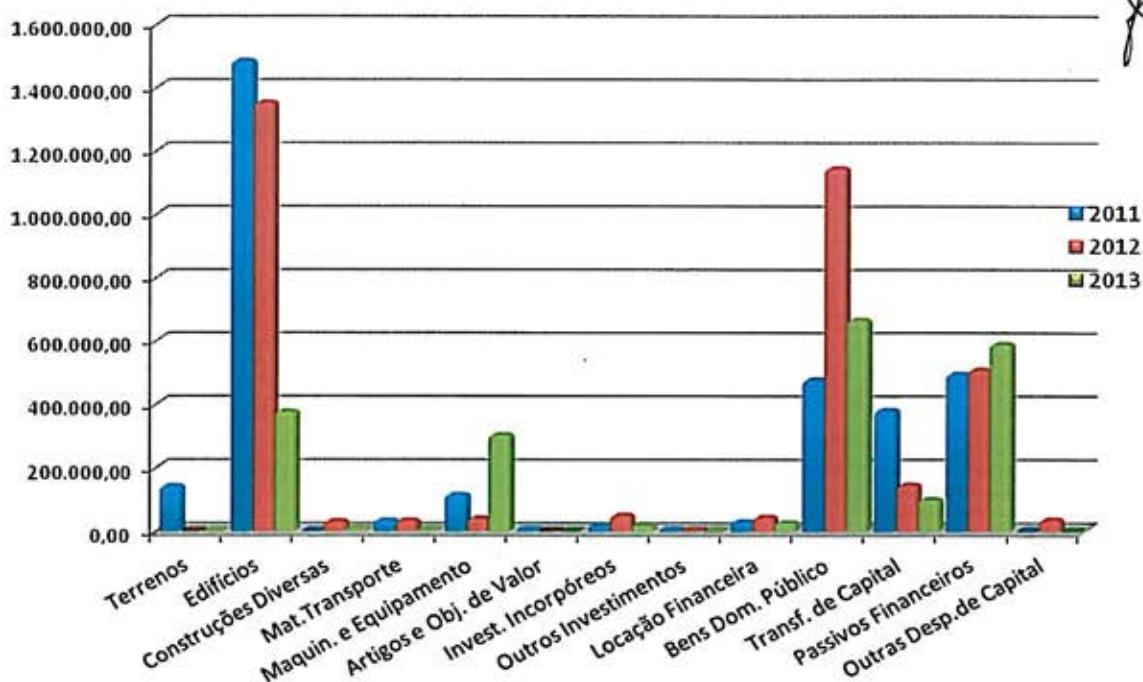
relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



Gráfico 7 - Evolução dos pagamentos da despesa de capital nos anos 2011, 2012 e 2013



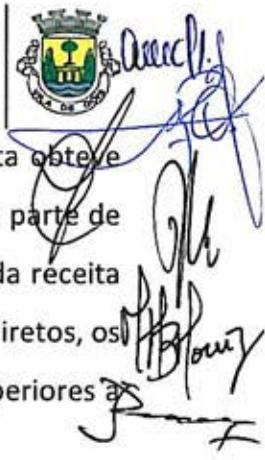
Nas despesas de capital, de 2011 para 2012 registou-se um acréscimo da execução da despesa de capital em 6,60%. As rubricas que mais contribuíram para este acréscimo foram Investimentos Incorpóreos com um aumento de 35.095,25 € (+228,72%) e os Bens de Domínio Público, com um acréscimo de 667.062,43 € (+139,21%).

De 2012 para 2013 destaca-se a existência de algumas rubricas que apresentaram incrementos relevantes, nomeadamente as despesas relacionadas com Maquinaria e Equipamento, com um aumento de 263.997,80€ (647,86%) e os Passivos Financeiros, com uma variação positiva de 81.697,29€ (16,03%).

Os projetos que mais especificamente contribuíram para a execução verificada serão referenciados aquando da análise das Grandes Opções do Plano.

2.4 Conclusão

De uma análise mais global, pode-se referir que, de 2012 para 2013, ao nível da execução, registou-se um decréscimo tanto na receita como na despesa. Também ao nível da evolução, de 2012 para 2013, se registou uma diminuição nas duas componentes do Orçamento (receita e despesa).



Da análise à execução orçamental constata-se que, em 2013, o orçamento da receita obteve um grau de cobrança de 86,77% (repartido em 96,71% na parte corrente e 53,43% na parte de capital), quando, em 2012, esta execução foi de 80,89%. A execução do orçamento da receita justifica-se por um lado pela forte execução da receita corrente em que os Impostos Diretos, os Impostos Indiretos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades obtiveram execuções superiores a 100% e pela fraca execução da receita de capital.

O grau de pagamentos do orçamento da despesa foi de 80,61% (em que 87,62% respeitam à parte corrente e 66,86% à parte de capital). Se no caso da despesa corrente a execução foi superior a 85%, sendo que todas as rubricas obtiveram uma execução superior a 70% na despesa de capital a execução foi um pouco mais baixa, nomeadamente devido à Aquisição/Beneficiação de Habitações, à Aquisição de Artigos e Objetos de Valor e às Outras Despesas de Capital.

Em suma, tanto na receita como na despesa, a execução não foi superior derivado à fraca realização da parte de capital que faz com que, havendo uma fraca execução nas receitas de capital, nomeadamente das transferências dos fundos comunitários, obrigatoriamente irá ser refletido no montante do investimento executado, que também será mais baixo. Esta situação também se deve a atrasos verificados na execução de projetos/obras, como é o caso da Aldeia do Loural (infraestruturas e espaços públicos) e Galerias Ripícolas do Concelho de Góis.

No que concerne à evolução da receita cobrada e da despesa paga nos anos de 2011, 2012 e 2013, regista-se de 2011 para 2012 que, as cobranças e os pagamentos tiveram um acréscimo mas, analisando a evolução de 2012 para 2013, tanto as cobranças como os pagamentos diminuíram.



3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2013

As Grandes Opções do Plano apresentaram uma execução financeira de 60,81%, sendo que 60,75% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 61,72% às Atividades Mais Relevantes (AMR's).

O quadro seguinte sintetiza esta situação:

D-67.

Quadro 12 – Mapa resumo dos montantes previsto, corrigido e executado das GOP's

DESIGNAÇÃO	MONTANTE CORRIGIDO	MONTANTE EXECUTADO	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
Plano Plurianual de Investimentos	2.327.068,00	1.413.624,06	60,75
Atividades Mais Relevantes	162.000,00	99.984,77	61,72
TOTAL	2.489.068,00	1.513.608,83	60,81

3.1. Análise Global das GOP's (Pagamentos) e respetivos desvios

Tendo como referência o quadro a seguir apresentado, constata-se que as funções com maior grau de execução são as Funções Sociais, com 62,53% de execução, seguido das Funções Económicas, com 61,98%, das Outras Funções, com 59,78% de execução e finalmente das Funções Gerais, com 49,27%. Ao nível dos programas e de uma forma genérica, os que obtiveram maior execução foram o Turismo, seguido da Cultura e finalmente da Ação Social, que obtiveram execuções acima dos 80% (87,41%, 86,75% e 80,87%, respetivamente).



Quadro 13 - Execução das GOP's (por pagamentos)

DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	DESVIOS	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
Funções gerais	276.168,00	136.060,11	-140.107,89	49,27
Administração geral	171.668,00	58.750,76	-112.917,24	34,22
Proteção civil e luta contra incêndios	104.500,00	77.309,35	-27.190,65	73,98
Funções sociais	1.280.500,00	800.687,98	-479.812,02	62,53
Ensino não superior	45.500,00	27.606,44	-17.893,56	60,67
Ação social	11.500,00	9.300,00	-2.200,00	80,87
Habitação	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
Ordenamento do território	42.000,00	13.499,25	-28.500,75	32,14
Saneamento	49.000,00	13.598,62	-35.401,38	27,75
Abastecimento de água	283.000,00	68.405,55	-214.594,45	24,17
Resíduos sólidos	9.500,00	3.333,30	-6.166,70	35,09
Proteção meio ambiente e cons natureza	13.500,00	3.690,00	-9.810,00	27,33
Cultura	747.000,00	648.048,62	-98.951,38	86,75
Desporto recreio e lazer	75.000,00	10.706,20	-64.293,80	14,27
Outras atividades cívicas e religiosas	3.500,00	2.500,00	-1.000,00	71,43
Funções económicas	886.400,00	549.360,74	-337.039,26	61,98
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	133.900,00	8.994,15	-124.905,85	6,72
Indústria e energia	44.500,00	5.471,69	-39.028,31	12,30
Transportes rodoviários	627.000,00	464.092,20	-162.907,80	74,02
Turismo	81.000,00	70.802,70	-10.197,30	87,41
Outras funções	46.000,00	27.500,00	-18.500,00	59,78
Transferências entre administrações	45.000,00	27.500,00	-17.500,00	61,11
Diversas não especificadas	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
TOTAL	2.489.068,00	1.513.608,83	-975.459,17	60,81

Relativamente aos desvios, é de registar que cerca de 65% se registam essencialmente em quatro programas: Administração Geral, Abastecimento de Água, Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca e Transportes Rodoviários. Esta situação justifica-se pelo facto de nos quatro casos existirem obras de valor bastante avultado como é o caso da construção do Parque Municipal, a construção do Sistema autónomo de abastecimento de água de Góis/Vila Nova do Ceira, da beneficiação das galerias ripícolas e da construção do Parque da Monteira e ainda da beneficiação de arruamentos nas várias freguesias do Concelho que não obtiveram



execução ou que tiveram uma fraca execução relativamente ao previsto. No entanto, esta análise será efetuada mais pormenorizadamente na análise programa a programa das GOP's.

3.2. Análise Global das GOP's (Compromissos) e respetivos desvios

Quadro 14 - Execução das GOP's (por compromissos)

DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE COMPROMETIDO	DESVIOS	NÍVEL DE EXECUÇÃO (%)
Funções gerais	276.168,00	178.940,74	-97.227,26	64,79
Administração geral	171.668,00	101.247,63	-70.420,37	58,98
Proteção civil e luta contra incêndios	104.500,00	77.693,11	-26.806,89	74,35
Funções sociais	1.280.500,00	1.050.907,32	-229.592,68	82,07
Ensino não superior	45.500,00	29.887,43	-15.612,57	65,69
Ação social	11.500,00	9.300,00	-2.200,00	80,87
Habitação	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
Ordenamento do território	42.000,00	14.975,25	-27.024,75	35,66
Saneamento	49.000,00	20.116,87	-28.883,13	41,05
Abastecimento de água	283.000,00	262.830,88	-20.169,12	92,87
Resíduos sólidos	9.500,00	3.333,30	-6.166,70	35,09
Proteção meio ambiente e cons natureza	13.500,00	4.229,99	-9.270,01	31,33
Cultura	747.000,00	691.092,18	-55.907,82	92,52
Desporto recreio e lazer	75.000,00	12.641,42	-62.358,58	16,86
Outras atividades cívicas e religiosas	3.500,00	2.500,00	-1.000,00	71,43
Funções económicas	886.400,00	614.599,58	-271.800,42	69,34
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	133.900,00	8.994,15	-124.905,85	6,72
Indústria e energia	44.500,00	5.471,69	-39.028,31	12,30
Transportes rodoviários	627.000,00	528.112,05	-98.887,95	84,23
Turismo	81.000,00	72.021,69	-8.978,31	88,92
Outras funções	46.000,00	27.500,00	-18.500,00	59,78
Transferências entre administrações	45.000,00	27.500,00	-17.500,00	61,11
Diversas não especificadas	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00
TOTAL	2.489.068,00	1.871.947,64	-617.120,36	75,21

Se em vez dos pagamentos efetuados, se tiver em consideração os compromissos assumidos (que respeitam apenas ao ano de 2013, uma vez que os compromissos dos anos seguintes não são considerados no ano em questão), a execução sobe para os 75,21%, sendo que as Funções

Sociais continuam a ter a maior execução, seguidas pelas Funções Económicas, pelas Funções Gerais e só depois pelas Outras Funções. No que respeita aos programas com maior execução, mantêm-se os referidos no ponto 3.1 aquando da análise da execução pelo pagamento (Ação social, Cultura e Turismo), mas desta vez destaca-se também a execução dos programas Abastecimento de Água e Transportes Rodoviários, todos com um grau de execução superior a 80%.

Neste caso, os maiores desvios registam-se também em dois dos quatro programas onde já se verificava os desvios mais significativos considerando os pagamentos efetuados: na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca (-124.905,85 €), nos Transportes Rodoviários (-98.887,95 €), no Desporto, Recreio e Lazer (-62.358,58 €) e finalmente na Cultura (-55.907,82 €). DUBGA

3.3. Análise das GOP's

Seguidamente irá ser efetuada uma análise mais pormenorizada por programas das Grandes Opções do Plano:

- Administração Geral

Este setor, que abrange os órgãos e os serviços gerais da autarquia, apresenta uma taxa de execução física de 34,22%. Em 2013, o Parque Municipal, enquanto obra mais expressiva deste programa por representar cerca de 24% do total do montante definido, não teve qualquer execução, tendo apenas o Projeto uma execução de cerca de 15%. No entanto, é de destacar a execução verificada na aquisição de viaturas e de equipamento básico através de locação financeira e nas restantes aquisições e manutenções de equipamento básico e de ferramentas e utensílios.

O investimento neste programa em 2013 decresceu cerca de 40% comparativamente a 2012.

- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

Este programa registou uma execução de 73,98% e caracteriza-se principalmente pelo apoio que o Município presta às instituições que têm um papel muito importante nesta área da qual se destaca a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis e o apoio à mesma na aquisição de equipamento (ambulância).



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



É de destacar ainda as intervenções relativas a abertura e limpeza de estradas e aceiros com uma execução de 92,40 %.

No fundo, deu-se continuidade a um conjunto de iniciativas de prevenção e controlo, tendo em vista o aumento da eficácia dos meios existentes.

Em relação a 2013, e comparativamente a 2012, este programa diminuiu cerca de 68%.

- Ensino Não Superior

O ensino não superior registou uma taxa de execução de 60,67%. Em 2013 destaca-se as ~~DBG~~ beneficiações nas escolas básicas do 1º ciclo e a aquisição de equipamento para o Centro Escolar de Alvares Góis cuja execução representou quase 75%. Comparativamente com 2012, este programa sofreu um decréscimo de cerca de 75%, justificado pela conclusão em 2012 da obra "Ampliação da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Góis".

- Ação Social

Este programa teve uma execução de 80,87% e caracteriza-se exclusivamente pelo apoio que o Município presta às instituições de solidariedade social do Concelho, como o Centro Social Rocha Barros, a Santa Casa da Misericórdia de Góis e o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Alvares, que trabalham em prol da melhoria do bem-estar principalmente das crianças, jovens e idosos.

Comparativamente a 2012, este programa registou, em 2013, um acréscimo de cerca de 9%.

- Ordenamento do Território

A execução deste programa é de 32,14%. Os projetos executados, no âmbito do presente programa, foram os relacionados com Açudes nos lugares de Farroiba, Corte Pisão e Inviando e a conclusão dos projetos relacionados com as estruturas de apoio da Praia Fluvial de Alvares, com a requalificação da Praça da República de Góis e com a requalificação do largo do adro em Vila Nova do Ceira.

- Saneamento

A execução deste programa é de 27,75%, cerca de 12% inferior a 2012.



As intervenções levadas a cabo pelo Município nesta área são obras de beneficiação ou ampliação de pequeno montante e ainda é composta pela aquisição de terrenos em Barreira, Várzea Grande e Vale das Sebes, Cortes para construção de ETAR's.

- Abastecimento de Água

Este programa primou pela continuidade de melhoria do abastecimento de água para consumo humano a toda a população do Concelho. Assim, o investimento efetuado no decurso de 2013 foi fundamentalmente o relacionado com a reabilitação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água das várias freguesias. D-BG7

De destacar a execução nula da construção do Sistema autónomo de abastecimento de água, que embora seja uma intervenção que teve o seu início em setembro de 2013, não teve qualquer execução financeira (não ocorreram pagamentos).

O grau de execução deste programa situou-se nos 24,17%, com um investimento efetivo de 68.405,55 €.

- Resíduos Sólidos

Neste setor salienta-se apenas as grandes reparações das viaturas de recolha de resíduos sólidos no montante de 3.333,30 €.

Este programa registou uma execução de 35,09%.

- Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

Este programa apresenta, em 2013, uma execução de 27,33% que se deve única e exclusivamente às intervenções efetuadas nos lavadouros do Concelho.

- Cultura

A execução deste programa foi de 86,75%, onde se destaca a execução dos projetos "Casa da Cultura" (incluído a aquisição de equipamento), com uma execução de 92,64% e "Centro de Referência da Memória Goiense", com uma execução de 57,39%.

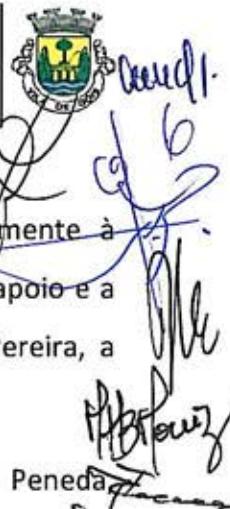
Comparativamente com o ano de 2012, este programa registou uma diminuição superior a 40%, a que corresponde o montante de 524.913,60 €.



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



- Desporto, Recreio e Lazer

A execução deste programa foi de apenas 14,27%, que se deve fundamentalmente à impossibilidade de execução de vários projetos como sejam a construção do bar de apoio e a requalificação da zona envolvente do Campo de Futebol Eng. Augusto Nogueira Pereira, a implantação da praia fluvial da Ponte Sotão e do parque de lazer das Cortes.

É ainda de salientar, diversas intervenções, como a requalificação da praia fluvial da Peneda, beneficiação/construção de parques de lazer, beneficiação/manutenção da praia fluvial das Canaveias e do Pavilhão Gimnodesportivo, que tiveram durante o ano de 2013, execuções D.F.G.A. bastante diminutas.

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca

A execução registada neste programa foi de 6,72% em 2013 e justifica-se basicamente pela execução nula do projeto "Galerias Ripícolas do Concelho de Góis".

A execução deste programa deve-se somente à concretização da transferência atribuída à Associação Florestal de Góis destinada à implementação/construção do Centro de Recria do Coelho Bravo e ao investimento efetuado na Zona de Caça Municipal, esta última, no âmbito da candidatura ao PRODER aprovada.

- Indústria e Energia

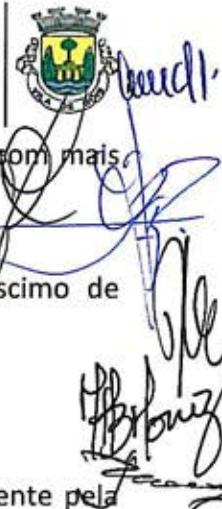
Relativamente à indústria e energia que alcançaram uma taxa de execução de apenas 12,30% há a referir a intervenção efetuada na Zona Industrial de Vila Nova do Ceira e a participação na ampliação da rede pública de energia no Concelho.

Comparativamente com o ano anterior o presente programa teve um acréscimo superior a 39%.

- Transportes Rodoviários

Este programa registou um desvio entre o previsto e o executado de cerca de 160.000,00 €. Efetivamente, em 2013, e tendo em conta que o montante previsto era de 627.000,00 €, os Transportes Rodoviários tiveram uma execução considerável de 74,02%.

Os projetos que mais beneficiaram para esta execução foram a beneficiação dos arruamentos nas várias freguesias e a construção da Circular Externa do Carvalhal dos Pombos e acessos



(com um montante executado de 198.987,44 €), que no seu conjunto contribuíram com mais de 80% do total do montante executado.

Tendo em consideração o ano de 2012, a execução de 2013 sofreu um decréscimo de aproximadamente 39%.

- Turismo

A execução deste programa no ano de 2013 foi de 61,98% e justifica-se exclusivamente pela execução da primeira fase da "Recuperação do espaço público e infraestruturas da aldeia do Loural".

DMBG

- Transferências entre administrações

Neste programa está patente a continuidade, em 2013, da aposta do executivo na delegação de competências nas freguesias e consequente transferência de verbas, que ascenderam, no total, a 27.500,00 €.

3.4. Conclusão

O grau de execução das GOP's atingiu cerca de 60,81%, mais de 4,10% que no ano transato.

Tendo em consideração o nível de compromissos assumidos, a execução das GOP's aumenta para 75,21%

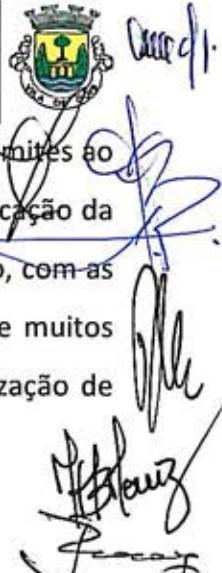
O Município de Góis é um município do interior cuja receita é maioritariamente proveniente de transferências da Administração Central e dos fundos comunitários, portanto dependente do exterior. Efetivamente, e porque no ano de 2011 foi assinado, entre o Governo, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia, o Memorando de Entendimento e posteriormente definido o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro para os anos 2011-2014 que, em termos práticos, se traduziu para a gestão municipal, na redução dos fundos do Orçamento de Estado, sendo, por isso, necessário levar a efeito uma gestão ainda mais eficiente do dispêndio dos dinheiros públicos e acima de tudo definir prioridades. Existe um cômputo de projetos "em carteira" que o Executivo Municipal pretende levar a efeito por serem considerados estruturantes para o desenvolvimento do Concelho. No entanto, pela diminuição da receita, teve em 2013 e ter-se-á de futuro que determinar as prioridades e qual o faseamento plurianual dos vários investimentos municipais de maneira a



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



que o Município continue a cumprir com todas as disposições legais relativamente a limites ao endividamento e diminuição de pagamentos em atraso. Importa ainda ressalvar a aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, com as devidas alterações) e a dificuldade e quase impossibilidade de recorrer à banca, que muitos constrangimentos têm trazido à gestão municipal e que condiciona bastante a realização de diversos investimentos.

2861.



4. ANÁLISE DAS RECEITAS E DA DESPESA

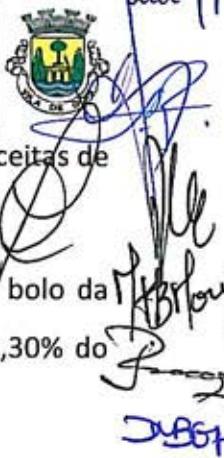
No quadro abaixo são apresentados alguns indicadores calculados a partir das receitas, despesas e endividamento do Município em 2011, 2012 e 2013.

Quadro 15 - Mapa de indicadores orçamentais

		2011	2012	2013
Cobertura da despesa pela receita	Receita total	1,102	1,086	1,076
	Despesa total			
Peso do pessoal nas receitas correntes	Pessoal	0,458	0,517	0,467
	Receitas correntes			
Peso do Pessoal na despesa total	Pessoal	0,325	0,310	0,373
	Despesas totais			
Receitas próprias sobre a receita total	Receitas Próprias	0,269	0,182	0,235
	Receita total			
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	Despesas correntes	0,878	1,006	0,901
	Receitas correntes			
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	Despesas de capital	1,051	0,987	1,752
	Receitas de capital			
Peso das transferências corrente e de capital (despesa) na receita total	Transferências correntes + capital	0,099	0,068	0,091
	Receitas total			
Peso dos fundos comunitários de capital no investimento municipal	Fundos comunitários de capital	0,485	0,501	0,192
	Investimento			
Peso dos empréstimos no investimento autárquico	Empréstimos	0,108	0,184	0,000
	Investimento			
Peso do investimento na despesa total	Investimento	0,273	0,317	0,188
	Despesa total			
Peso das transferências dos fundos do OE na receita total	Transferências dos fundos do OE	0,493	0,469	0,538
	Receita total			
Peso das transferências obtidas e empréstimos na receita total	Transferências obtidas + Empréstimos	0,700	0,736	0,656
	Receita total			

A análise dos resultados efetuados permite observar o seguinte:

- Relativamente à cobertura da despesa total pela receita total, verifica-se que em 2011, 2012 e 2013 a receita foi superior à despesa. Em 2013 este rácio diminui ligeiramente face a 2012, justificado pelo facto do montante da receita cobrada ter diminuído em maior proporção que a despesa paga.
- Na sequência do referido anteriormente e tendo em conta a análise dos indicadores do peso da despesa corrente na receita corrente e da despesa de capital na receita de capital, ao contrário do que ocorreu no ano anterior, a receita corrente foi superior à despesa corrente.



Por outro lado, é de salientar que no último ano em análise, face ao ano anterior, as receitas de capital foram inferiores às despesas de capital.

- As transferências obtidas dos fundos municipais continuam a representar o maior bolo da receita arrecadada. Efetivamente em 2011, estas transferências correspondiam a 49,30% do total da receita, em 2012 a 46,90% e em 2013 a 53,80%.

- O peso das receitas próprias no total da receita, em 2013, aumentou relativamente ao ano anterior (18,20%), representando agora 23,50%.

- Quando às transferências obtidas (correntes e de capital) se adicionar a receita proveniente de empréstimos, verifica-se um aumento nos dois primeiros anos em análise (de 70,00% em 2011 para 73,60% em 2012) no peso da receita total, mas uma situação decrescente no ano de 2013, para 65,60%. Esta situação traduz um ligeiro aumento de autonomia ao nível de disponibilidades do Município, ou seja, uma menor dependência de receitas provenientes do exterior.

- No que respeita à despesa e contrariamente ao que se registou nos anos de 2011 e 2012, em 2013 as despesas com investimento diminuíram representando 18,80% da despesa total. Em 2013, as despesas relacionadas com custos com pessoal representam 37,30% das despesas totais, revelando um crescimento relativamente aos anos anteriores. Ainda relativamente ao peso das despesas com pessoal, o seu peso nas receitas correntes aumentou de 2011 para 2012, tendo-se, no entanto, verificado uma diminuição em 2013, passando a representar 46,70% das receitas correntes.

- Em 2012, o peso das transferências correntes e de capital concedidas, na receita total diminuiu para 6,80% relativamente a 2011, enquanto que em 2013, face a 2012, este rácio aumentou para os 9,10%.

- Os fundos comunitários financiaram, em 2013, apenas cerca de 19% do investimento, tendo este rácio sofrido um franco decréscimo de 2012 para 2013. Já relativamente ao peso dos empréstimos no investimento, este, no último ano em análise, apresentou uma quebra acentuada (de 18,40% em 2012 para 0,00% em 2013).



Concluindo

A receita total cobrada é superior à despesa total, verificando-se assim uma situação de *superavit*.

Constata-se também que em 2013 a autonomia da Autarquia, medida através das receitas próprias, registou uma variação positiva. Efetivamente estas representam cerca de 23% da receita total, contra 65,60% provenientes das transferências obtidas e dos empréstimos, demonstrando perfeitamente a dependência que o Município continua a ter das receitas alheias, verificando-se, ainda assim, este ano, um acréscimo das receitas próprias.

INPGF

5. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise apresentada relativamente à situação económica e financeira do Município foi elaborada recorrendo aos dados dos anos de 2011, 2012 e 2013.

Assim, os mapas que irão ser analisados são os seguintes:

- Balanço comparado;
- Demonstração de resultados comparada;

5.1. Balanço

Os quadros seguintes apresentam a evolução da estrutura do balanço nos anos de 2011, 2012 e 2013, demonstrando a situação financeira e patrimonial do Município:

Quadro 16 - Evolução da estrutura do balanço nos anos de 2011, 2012 e 2013 – Ativo

ATIVO	2011	2012	Variação 11/12		2013	Variação 12/13	
			Valor	%		Valor	%
Imobilizado							
Bens de Domínio Público	13.634.593,88	14.476.198,28	841.604,40	6,2	14.333.651,03	-142.547,25	-1,0
Imobilizações Incorpóreas	108.802,62	131.853,30	23.050,68	21,2	157.981,38	26.128,08	19,8
Imobilizações Corpóreas	9.843.092,46	10.898.934,43	1.055.841,97	10,7	11.224.324,11	325.389,68	3,0
Investimentos Financeiros	130.247,13	95.297,57	-34.949,56	-26,8	92.752,39	-2.545,18	-2,7
	23.716.736,09	25.602.283,58	1.885.547,49	8,0	25.808.708,91	206.425,33	0,8
Circulante							
Existências	65.538,04	68.218,44	2.680,40	4,1	80.080,95	11.862,51	17,4
Dívidas de Terceiros a M/L Prazo	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo	448.343,07	256.070,45	-192.272,62	-42,9	309.452,64	53.382,19	20,8
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,0
Depósitos Instituições Financeiras	1.331.176,43	1.467.147,34	135.970,91	10,2	1.180.961,23	-286.186,11	-19,5
Caixa	1.918,13	1.260,56	-657,57	-34,3	1.627,90	367,34	29,1
Acréscimos e Diferimentos	494.295,31	815.909,27	321.613,96	65,1	741.595,53	-74.313,74	-9,1
	2.341.270,98	2.608.606,06	267.335,08	11,4	2.313.718,25	-294.887,81	-11,3
TOTAL ACTIVO	26.058.007,07	28.210.889,64	2.152.882,57	8,3	28.122.427,16	-88.462,48	-0,3





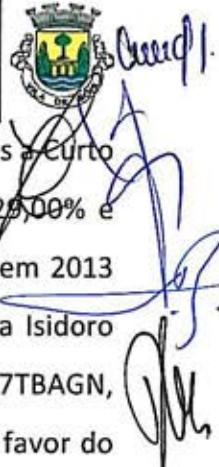
Quadro 17 - Evolução da estrutura do balanço nos anos de 2011, 2012 e 2013 - Fundos Próprios e Passivo

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	2012	Variação 11/12		2013	Variação 12/13	
			Valor	%		Valor	%
Fundos Próprios							
Património	4.580.129,85	5.076.472,42	496.342,57	10,8	5.642.231,20	565.758,78	11,1
Reservas	830.558,83	830.558,83	0,00	0,0	879.138,50	48.579,67	5,8
Resultados Transitados	9.511.630,96	9.511.630,96	0,00	0,0	9.868.939,12	357.308,16	3,8
Resultado Líquido do Exercício	496.342,57	971.593,34	475.250,77	95,8	793.224,97	-178.368,37	-18,4
	15.418.662,21	16.390.255,55	971.593,34	6,3	17.183.533,79	793.278,24	4,8
Passivo							
Provisões para Riscos e Encargos	266.008,10	206.008,10	-60.000,00	-22,6	179.026,81	-26.981,29	-13,1
Dívidas a Terceiros a M/L Prazo	2.971.586,33	2.996.736,47	25.150,14	0,8	2.378.726,08	-618.010,39	-20,6
Dívidas a Terceiros a Curto Prazo	1.389.137,63	1.477.395,74	88.258,11	6,4	1.048.810,03	-428.585,71	-29,0
Acréscimos e Diferimentos	6.012.612,80	7.140.493,78	1.127.880,98	18,8	7.332.330,45	191.836,67	2,7
	10.639.344,86	11.820.634,09	1.181.289,23	11,1	10.938.893,37	-881.740,72	-7,5
TOTAL F. PRÓPRIOS + PASSIVO	26.058.007,07	28.210.889,64	2.152.882,57	8,3	28.122.427,16	-88.462,48	-0,3

Relativamente ao Ativo e Fundos Próprios mais Passivo, comparando 2011 com 2012, verifica-se um aumento de 8,30%, correspondente a 2.152.882,57 € enquanto que de 2012 para 2013 registou-se uma diminuição de apenas 0,30% (88.462,48 €).

Analizando a evolução do Ativo nos três anos em análise, destaca-se uma diminuição de 2012 para 2013, justificado positivamente pelo registo em imobilizado em curso e posteriormente em imobilizado corpóreo das obras de valor bastante avultado como é o caso da construção da Casa da Cultura e aquisição do respetivo equipamento e da construção da Circular Externa do Carvalhal dos Pombos, mas que implica que sejam efetuadas as respetivas amortizações. No entanto, no que respeita ao Ativo Circulante destaca-se negativamente a rubrica Acréscimos e diferimentos com uma diminuição de 9,10% e os Depósitos em Instituições Financeiras com uma variação negativa superior a 19%.

Relativamente à categoria denominada Fundos Próprios, constata-se que de 2011 para 2012, se registou um acréscimo na ordem dos 6,30%, e tendo em consideração a análise da evolução de 2012 para 2013, verifica-se um aumento mais reduzido desta categoria, de 4,80%. A rubrica Património é a representante dos maiores aumentos, comparativamente a 2012, devido à aplicação dos resultados do ano anterior, seguido da rubrica Reservas.

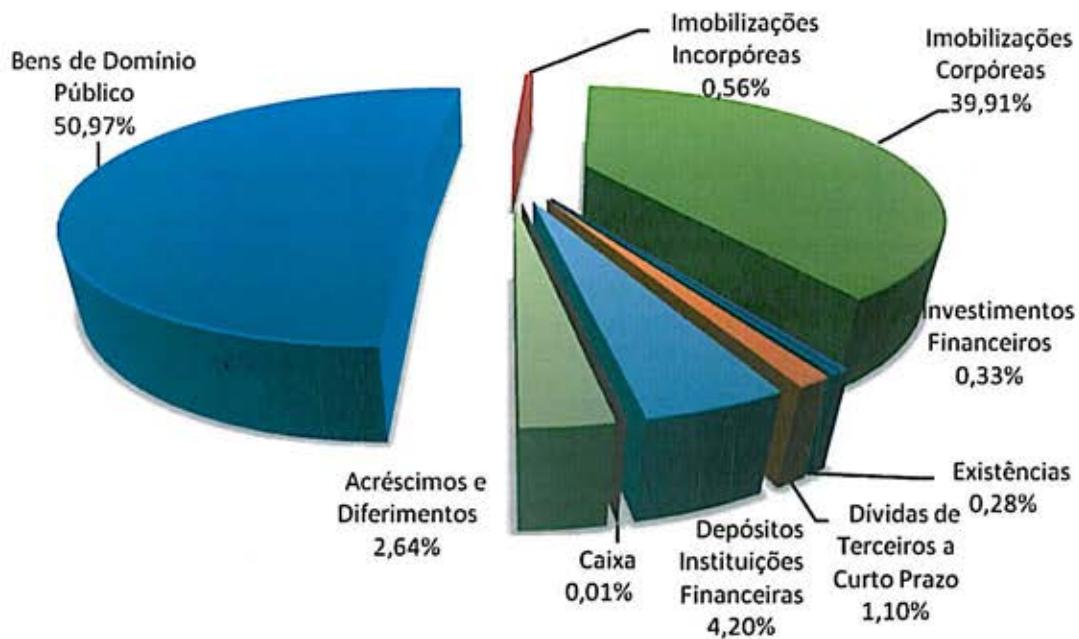


No Passivo, de 2012 para 2013, as maiores variações registam-se nas Dívidas a Terceiros a Curto Prazo e nas Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo, com uma diminuição de 29,00% e 20,60%, respetivamente. Relativamente à conta de provisões para riscos e encargos, em 2013 apenas estão registados 179.026,81 € relativos ao processo instaurado pela empresa Isidoro Correia da Silva, Lda. ao qual corresponde a Ação com o Processo Ordinário 190/11.7TBAGN, relativo à execução de diversos trabalhos de pavimentação em diversas freguesias, a favor do Município.

Em 2013 a estrutura do Balanço é a seguinte:

- Ativo

Gráfico 8- Estrutura do balanço – Ativo



No total do Ativo verifica-se que a conta com maior peso é a dos Bens de Domínio Público, com 50,97%, seguida das Imobilizações Corpóreas (39,91%) e dos Depósitos em Instituições Financeiras com 4,20%. As duas primeiras contas respeitam à componente Imobilizado e representam cerca de 90% do total do Ativo.

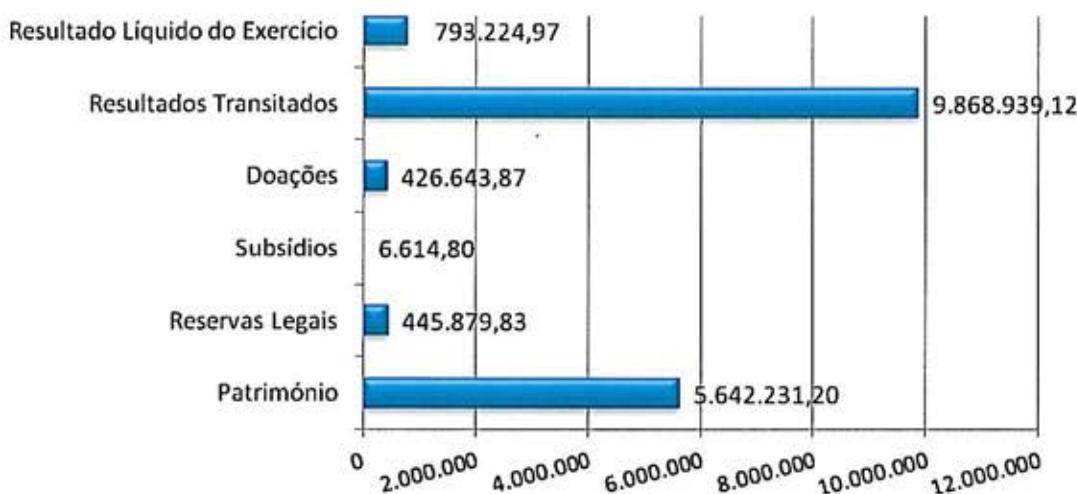
A composição dos Bens de Domínio Público assenta principalmente em duas componentes: Outras Construções e Infraestruturas (63,75%), onde se encontram inventariados bens como a



rede viária municipal, os arruamentos e outras infraestruturas, como as relacionadas com o saneamento e o abastecimento de água, e Imobilizações em Curso (36,04%).

- Fundos Próprios

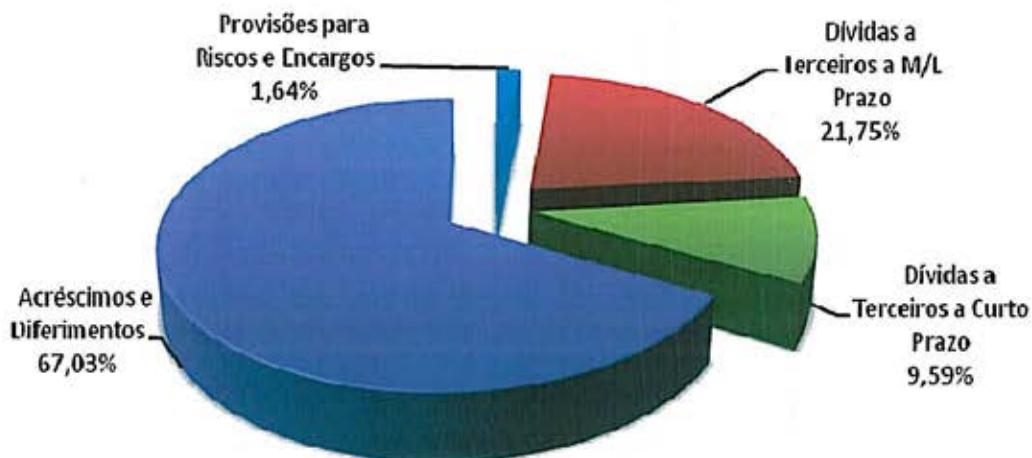
Gráfico 9 - Estrutura do balanço - Fundos Próprios



A estrutura dos Fundos Próprios consiste principalmente no Património, de 5.642.231,20 € e nos Resultados Transitados, no valor de 9.868.939,12 €, seguidos do Resultado Líquido do Exercício, das Reservas Legais, das Doações e por fim, dos Subsídios.

- Passivo

Gráfico 10 - Estrutura do balanço - Passivo





A análise da estrutura do Passivo permite-nos verificar a elevada relevância que assume para o Município os Subsídios ao Investimento (Acréscimos e Diferimentos), que representam aproximadamente 67% do total do Passivo.

As dívidas a médio e longo prazo dividem-se, como já foi referido anteriormente, em Dívidas a Instituições de Crédito (2.349.295,95 €) e em Fornecedores de Imobilizado – Locação Financeira (29.430,13 €) e representam um significativo peso no passivo da autarquia (quase 22%).

Quanto às dívidas a terceiros a curto prazo, as mesmas dividem-se em Outros Credores (642.230,21 €), seguidos dos Fornecedores c/c (330.922,53 €), das Dívidas ao Estado e outros Entes Públicos (66.992,56 €) e finalmente dos Fornecedores de Imobilizado (8.664,73 €).

5.2. Demonstração de resultados

A demonstração de resultados é um mapa que pretende complementar o balanço indicando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos: operacionais, financeiros e extraordinários.

Seguidamente irá ser apresentado um quadro síntese da demonstração de resultados dos anos de 2011, 2012 e 2013 e a sua evolução:

Quadro 18 - Evolução da demonstração de resultados nos anos 2011, 2012 e 2013

	2011	2012	Variação 11/12		2013	Variação 12/13	
			Valor	%		Valor	%
Proveitos e ganhos operacionais	6.170.812,34	6.542.737,39	371.925,05	6,03	6.424.343,26	-118.394,13	-1,81
Custos e perdas operacionais	6.141.881,52	5.963.360,64	-178.520,88	-2,91	6.085.374,70	122.014,06	2,05
Resultados operacionais	28.930,82	579.376,75	550.445,93	1.902,63	338.968,56	-240.408,19	-41,49
Proveitos e ganhos financeiros	602.051,49	478.803,74	-123.247,75	-20,47	477.457,54	-1.346,20	-0,28
Custos e perdas financeiros	85.785,10	58.603,80	-27.181,30	-31,69	51.103,33	-7.500,47	-12,80
Resultados financeiros	516.266,39	420.199,94	-96.066,45	-18,61	426.354,21	6.154,27	1,46
Proveitos e ganhos extraordinários	421.228,82	322.411,98	-98.816,84	-23,46	378.745,61	56.333,63	17,47
Custos e perdas extraordinários	470.083,46	350.395,33	-119.688,13	-25,46	350.843,41	448,08	0,13
Resultados extraordinários	-48.854,64	-27.983,35	20.871,29	42,72	27.902,20	55.885,55	199,71
Resultados correntes	545.197,21	999.576,69	454.379,48	83,34	765.322,77	-234.253,92	-23,44
Resultado líquido do exercício	496.342,57	971.593,34	475.250,77	-95,75	793.224,97	-178.368,37	-18,36



No que respeita aos resultados operacionais, no ano de 2013, face ao ano de 2012, verifica-se que sofreram uma diminuição bastante significativa (-240.408,19 €), o que se deveu a um aumento dos Custos Operacionais e a uma diminuição dos proveitos da mesma natureza. A diminuição apresentada na rubrica de Proveitos e Ganhos Operacionais é justificado principalmente pela diminuição da cobrança de impostos e taxas e ainda do registo contabilístico de trabalhos para a própria entidade, nomeadamente intervenções em escolas, em sistemas de abastecimento de água e em arruamentos realizadas por administração direta, pese embora ter-se também registado uma diminuição na obtenção de Transferências e Subsídios, rubrica com maior peso no total dos proveitos em municípios de pequena dimensão, como o de Góis. No caso dos Custos e Perdas Operacionais, as rubricas que mais contribuíram para o aumento foram os Custos com Pessoal, as Amortizações do Exercício, as Provisões do Exercício e o Outros Custos e Perdas Operacionais. De referir ainda que os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam em 2013, face a 2012, uma franca redução.

Ao longo do período em análise os resultados financeiros diminuíram nos dois primeiros anos, mas de 2012 para 2013 verifica-se um aumento nestes resultados de 1,46%, pois os Proveitos e Ganhos Financeiros diminuíram menos proporcionalmente à diminuição dos Custos e Perdas Financeiros.

Já no que respeita aos Resultados Extraordinários, ao longo dos dois primeiros anos são negativos, sendo positivos no último ano em análise. Pois, pese embora os Custos e Proveitos Extraordinários tenham aumentado, principalmente na rubrica Correções relativas a exercícios anteriores, os Proveitos e Ganhos Extraordinários também aumentaram e em maior proporção, essencialmente nas rubricas Ganhos em Imobilizações e Correções relativas a exercícios anteriores.

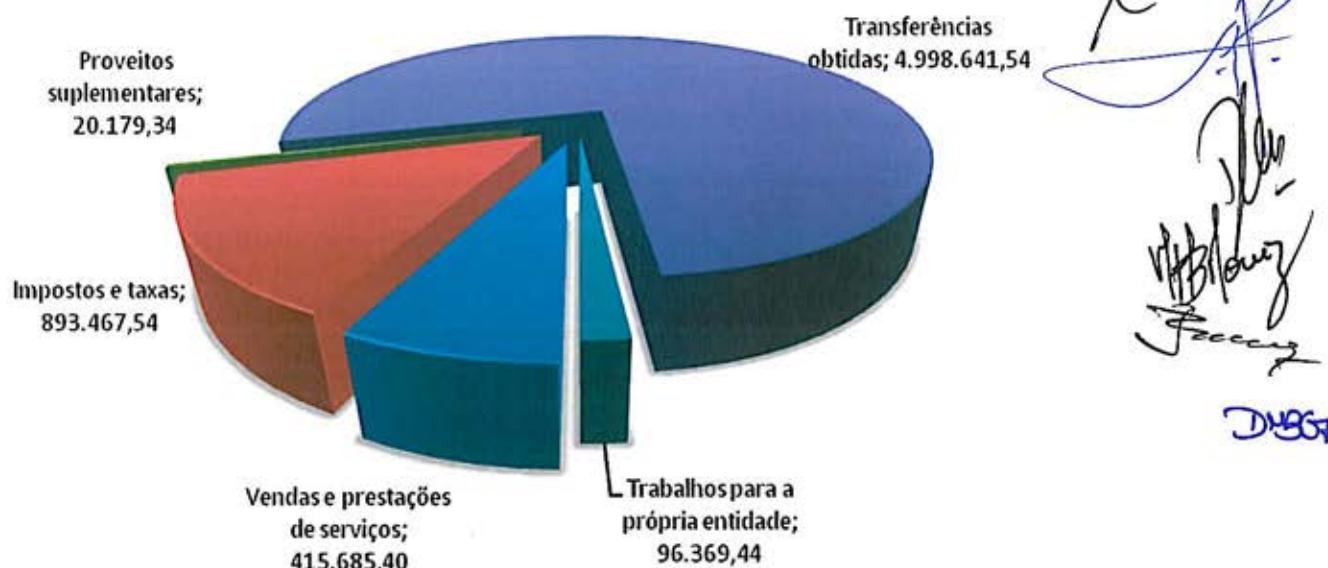
- Proveitos e ganhos operacionais

Em termos de repartição pelos diversos proveitos e ganhos operacionais, conforme se pode verificar pelo gráfico a seguir apresentado, a grande fatia vai para as Transferências e Subsídios Obtidos, que constituem no período em causa quase 78%, seguido dos Impostos e Taxas com cerca de 14%.





Gráfico 11 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Operacionais



- Proveitos e ganhos financeiros

Os proveitos e ganhos financeiros representam apenas cerca de 6,56% do total dos proveitos e ganhos.

Gráfico 12 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Financeiros



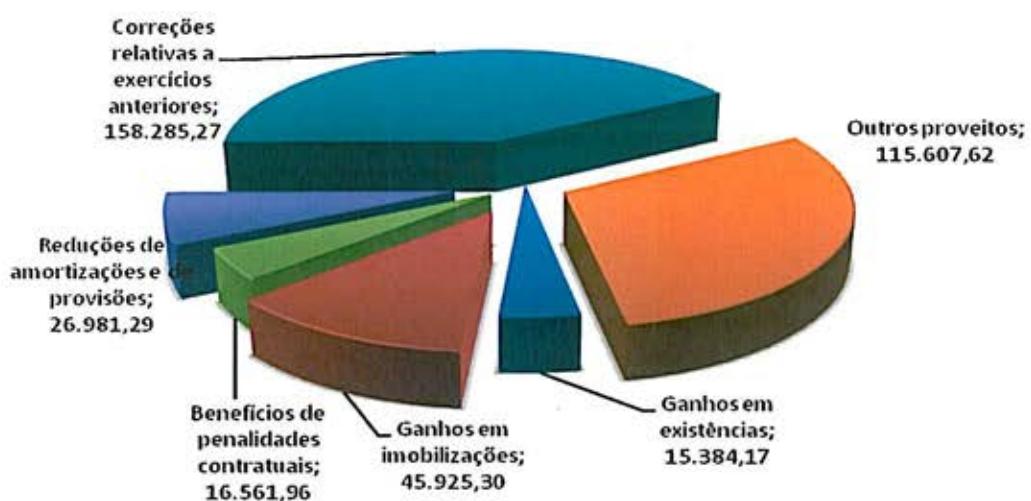
Como se pode comprovar pela análise do gráfico, cerca de 99% dos proveitos financeiros obtidos dizem respeito a rendimentos de imóveis, onde são registados todos os proveitos resultantes das rendas dos parques eólicos e do contingente gratuito da EDP, da Fazenda da Avó Tomázia e das habitações no Bairro Fernando Carneiro.



- Proveitos e ganhos extraordinários

Os proveitos e ganhos extraordinários são os que têm menor representatividade no global dos proveitos, pois apenas ascendem a 5,20%.

Gráfico 13 - Estrutura da demonstração de resultados – Proveitos e Ganhos Extraordinários



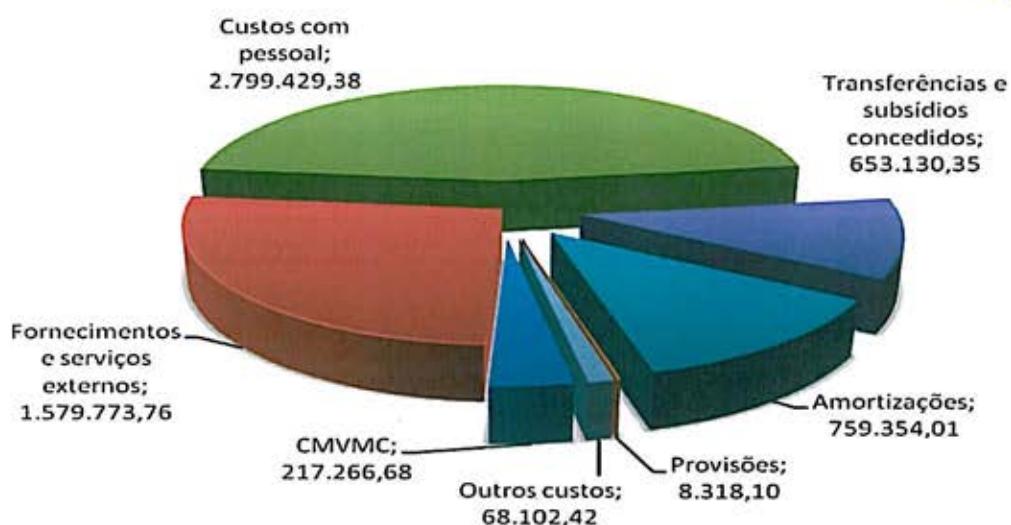
São essencialmente constituídos por Outros Proveitos, onde são contabilizados os proveitos relacionados com os Subsídios ao investimento (vindo dos proveitos diferidos) e da correção dos acréscimos de custos efetuados no ano de 2013.



- Custos e perdas operacionais

Em 2013 os custos e perdas operacionais ascenderam aos 6.085.374,70€.

Gráfico 14 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Operacionais



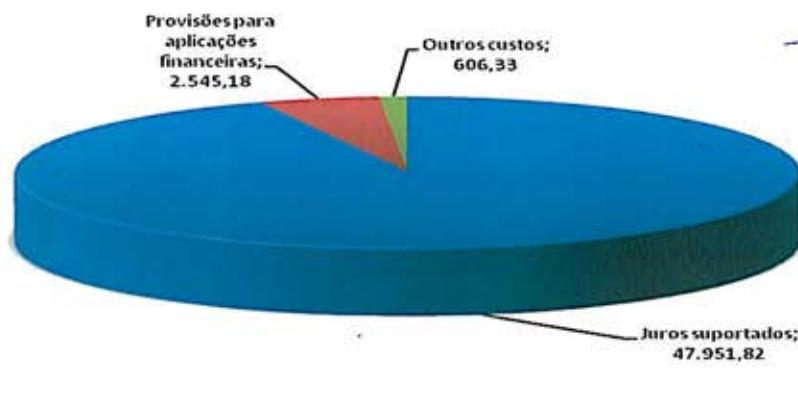
Conforme evidenciado no gráfico anterior, a componente de custos mais elevada no Município respeita a Custos com Pessoal, sendo o seu peso de 46,00% no total dos Custos e Perdas Operacionais e de 43,15% no total dos custos, seguida da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos cujo peso é de 25,96% e das Amortizações do Exercício, com 12,48%.

- Custos e perdas financeiros

Os Custos e Perdas Financeiros ascenderam aos 51.103,33 € e são representados na maior parte (93,83%) por juros suportados com empréstimos à banca a médio e longo prazo e pelos juros inerentes aos contratos de locação financeira. As Provisões para Aplicações Financeiras e os Outros Custos representam ainda 6,17% do total dos Custos e Perdas Financeiros.



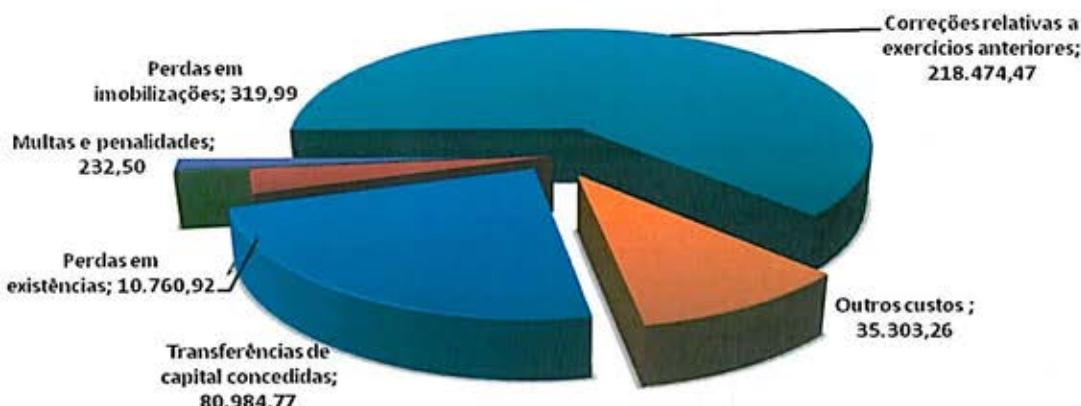
Gráfico 15 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Financeiros



- Custos e perdas extraordinários

Os custos e perdas extraordinários registaram um valor total de 350.843,41 €.

Gráfico 16 - Estrutura da demonstração de resultados – Custos e Perdas Extraordinárias



Nos Custos e Perdas Extraordinários a maior fatia vai para a rubrica Correções relativas a exercícios anteriores, com uma representatividade de cerca de 62% e com um valor significativo de 218.474,47 €, seguida das Transferências de Capital Concedidas, que representam cerca de 23% do total deste tipo de custos.

- Resultado líquido do exercício

Os Resultados Líquidos representam a diferença entre os proveitos e ganhos e os custos e perdas de um determinado exercício.



O Resultado Líquido do Exercício de 2013 é positivo no valor de 793.224,97 €, e sofreu um decréscimo comparativamente ao ano anterior. Esta evolução negativa relativamente ao ano anterior é justificada principalmente pelo incremento dos Custos e Perdas Operacionais e pela quebra dos Proveitos e Ganhos Operacionais.

6. ANÁLISE FINANCEIRA

Nesta fase irão ser calculados alguns rácios e serão efetuadas algumas considerações da análise de comparabilidade entre os dados do Município de Góis de 2012 e 2013 e os dados da média dos municípios nacionais de 2012.

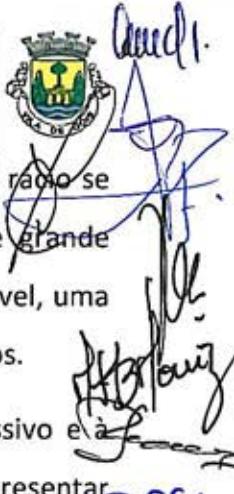
Quadro 19 -Mapa de rácios financeiros

RÁCIO	Descrição	MG		NACIONAL*
		2012	2013	
AUTONOMIA FINANCEIRA Fundos Próprios/Ativo Líquido	Mede a autonomia face aos respetivos credores	58,10%	61,10%	63,21%
SOLVABILIDADE Fundos Próprios / Passivo Total	Mede a capacidade de o município fazer face aos seus compromissos de médio e longo prazo	138,66%	157,09%	171,83%
LIQUIDEZ GERAL Ativo Circulante/Passivo Circulante	Revela a capacidade da autarquia em fazer face aos seus compromissos de curto prazo.	121,34%	149,90%	160,78%
LIQUIDEZ IMEDIATA Disponibilidades / Passivo Circulante	Revela o grau de cobertura do passivo circulante por disponibilidades.	99,39%	112,76%	27,96%
CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO Fundos Próprios/Capitais Permanentes	Determina até que ponto o município ainda pode recorrer a Capitais Alheios	84,54%	87,84%	85,36%
ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO Dívidas a terceiros de curto prazo/ Fundos Próprios e Passivo	Revela o peso das dívidas a curto prazo no capital (próprio e alheio) utilizado pela autarquia local.	5,24%	3,73%	6,75%
COBERTURA DO IMOBILIZADO PELOS CAPITAIS PERMANENTES Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes.	75,72%	75,80%	83,36%
RENDIBILIDADE LÍQUIDA DO ACTIVO Resultado Líquido/Ativo Total	Permite averiguar o grau de eficiência do município na utilização dos recursos patrimoniais	3,44%	2,82%	1,45%
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	Dias que o município demora, em média a pagar os seus créditos que obtém dos seus fornecedores e outros credores	70	61	137

* Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012

O indicador de Autonomia Financeira representa a percentagem dos Fundos Próprios que financia o Ativo da autarquia. Este indicador cresceu um pouco de 2012 para 2013, uma vez





que os Fundos Próprios aumentaram e o Ativo Líquido diminuiu. Verifica-se que este rácio se mantém ainda abaixo da média nacional, o que pode expressar uma situação de grande dependência dos credores. No entanto, um rácio de 61,10% apresenta um valor razoável, uma vez que a maior fatia da atividade da autarquia está a ser financiada por Fundos Próprios.

O indicador de Solvabilidade diz respeito à razão entre os Fundos Próprios e o Passivo e à semelhança do indicador anterior, sobe ao longo dos anos em análise. Além de apresentar valores bastante inferiores aos da média nacional, são aceitáveis, pois, refletem um baixo risco para os credores do Município, uma vez que os Fundos Próprios cobrem os Capitais Alheios detendo ainda alguma margem.

O rácio de Liquidez Geral, comparativamente a 2012, obteve um aumento considerável. Como ultrapassa a fasquia dos 100%, significa que a realização dos ativos circulantes em liquidez é suficiente para fazer face às dívidas a terceiros de curto prazo e encontra-se equivalente ao valor da média nacional.

No que respeita à Liquidez Imediata, este indicador segue o mesmo percurso do anterior, aumentando de 2012 para 2013, encontrando-se também desviado da média nacional, significando que não existem problemas de tesouraria, pois as disponibilidades (valores imediatamente disponíveis) são suficientes para fazer face às dívidas a terceiros de curto prazo.

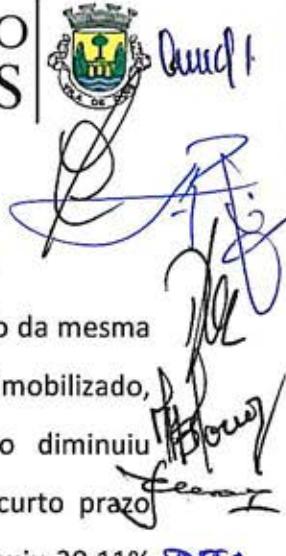
O resultado do rácio Capacidade de Endividamento indica que o Município detém uma satisfatória capacidade de endividamento face a terceiros, ou seja, ainda pode recorrer a capitais alheios sem comprometer a sua solvabilidade e autonomia financeira, pois apresenta um valor superior a 50% e aproximado à média nacional. Este rácio é meramente indicativo, pois a capacidade de endividamento para os municípios é alvo de uma legislação própria, independente deste cálculo.

Relativamente ao rácio da Estrutura de Endividamento, observa-se que as dívidas a terceiros de curto prazo têm um peso reduzido no total dos fundos próprios e capitais alheios. Comparativamente à média nacional, os valores são semelhantes, registando um decréscimo no ano de 2013 face ao ano de 2012 pois as Dívidas a Terceiros de Curto Prazo diminuíram em maior proporção que os Fundos Próprios e Passivo.

O indicador Cobertura do Imobilizado pelos Capitais Permanentes apresenta nos dois anos em análise, para o Município, bem como para a média de todos os municípios portugueses, um valor inferior à unidade, o que significa que os Capitais Permanentes não são suficientes para cobrir o valor do Imobilizado Líquido.

A Rendibilidade do Ativo mede a rendibilidade de todo o capital que a autarquia utiliza, e no ano de 2013 depara-se com uma Rendibilidade do Ativo menos favorável em relação ao ano antecedente, pois o Resultado Líquido do Exercício de 2013 diminuiu.

O indicador de Prazo Médio de Pagamento (PMP) encontra-se definido em dias e reflete um decréscimo do ano 2012 para 2013, de 70 dias para 61 dias. No que diz respeito à média nacional e tendo por base a Lista do Prazo Médio de Pagamento Registado por Município em Dezembro de 2012 publicada pela DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais) e o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011 e 2012, verifica-se que o PMP médio de 301 dos 308 Municípios portugueses é de 137 dias.



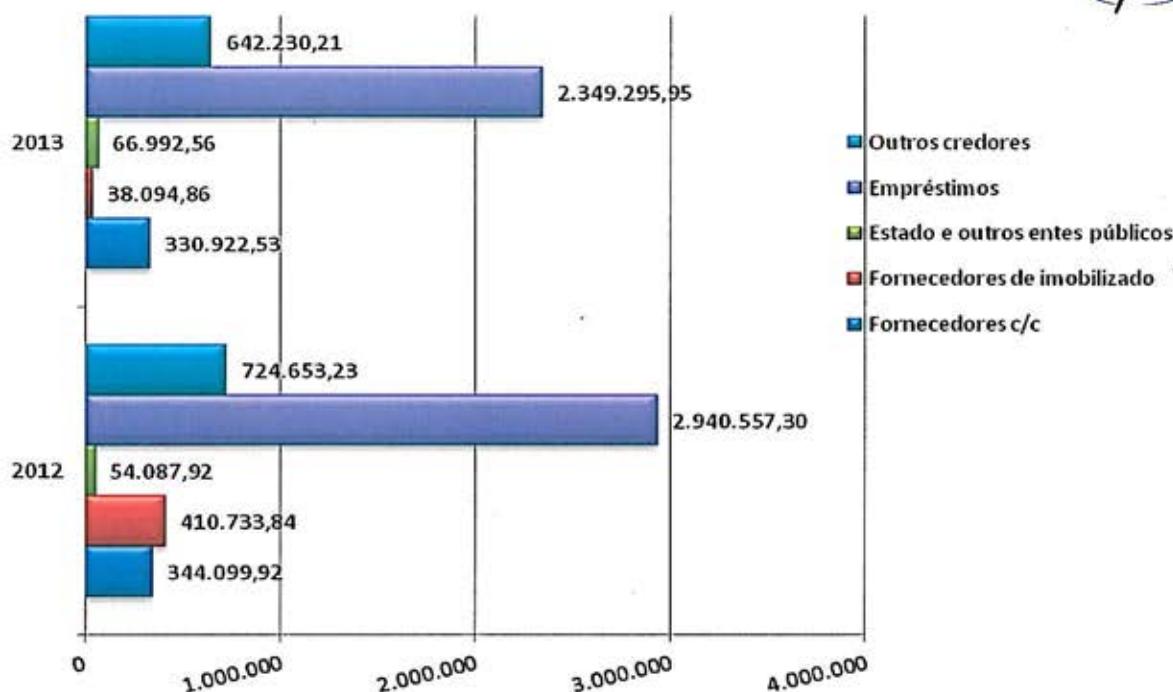
7. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

7.1. Evolução da Dívida Municipal

O gráfico seguinte permite visualizar a composição da dívida e identificar a evolução da mesma no período de 2012 e 2013. A dívida em termos globais (fornecedores c/c e de imobilizado, empréstimos e outros credores) do Município em relação ao ano transato diminuiu aproximadamente 23%, o equivalente a 1.046.596,10 €, sendo que a dívida a curto prazo diminuiu na ordem dos 29% (455.334,75 €) e a dívida a médio e longo prazo diminuiu 20,11% (591.261,35 €).

Em termos de distribuição da dívida de 2013 por fornecedores, empréstimos e outros credores, temos que a maior fatia diz respeito a Empréstimos (68,54%), seguido das Cauções de fornecedores (14,07%) e dos Fornecedores c/c (9,65%). As restantes dívidas têm um peso de apenas de 7,73% do total da dívida. A dívida a outros credores, que representa 19,85% das dívidas a terceiros, é representada maioritariamente (78,65%) por operações de tesouraria, ou seja, retenções e descontos efetuados que serão devolvidos oportunamente. Nesta dívida, destaca-se o montante referente aos credores por depósitos de garantia/caução diversas, ou seja, o valor retido, designadamente, aos empreiteiros para reforço caução.

Gráfico 17 - Evolução do endividamento municipal nos anos de 2012 e 2013



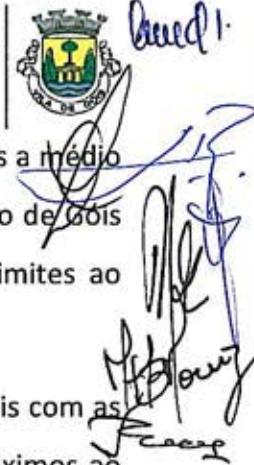
Relativamente aos empréstimos, estes representam, como já foi referido, cerca de 69%. A variação líquida da dívida a médio e longo prazo de empréstimos, em 2013, é de -591.261,35 €, conforme quadro abaixo, o que representa um decréscimo de aproximadamente 20%, pois apenas foram realizadas amortizações de capital de empréstimos já contratados anteriormente.

Quadro 20 - Dívida de empréstimos a médio e longo prazo

DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS A M/L PRAZO	VALOR
1. Capital em Dívida a 31/12/2012	2.940.557,30
2. Receita de Empréstimos em 2013	0,00
3. Amortização de Empréstimos em 2013	591.261,35
4. Capital em Dívida a 31/12/2013	2.349.295,95
5. Endividamento Líquido	-591.261,35

7.2. Cumprimento dos Limites ao Endividamento Municipal

Relativamente ao endividamento municipal, a Lei das Finanças Locais (LFL), Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, com as devidas alterações, define três limites diferentes mas complementares: o



endividamento de empréstimos a curto prazo (ECP), o endividamento de empréstimos a médio e longo prazos (EMLP) e o endividamento líquido (EL). Na medida em que o Município de Goiás não tem empréstimos a curto prazo contratados a análise do cumprimento dos limites ao endividamento irá debruçar-se apenas sobre o EMLP e o EL.

De acordo com o previsto no nº 3 do artigo 5º da LFL (Coordenação das finanças locais com as finanças estaduais), o Orçamento de Estado de 2013 determinou que os limites máximos ao endividamento municipal não seriam os estabelecidos na referida Lei, mas sim os constantes na ~~LDO~~ - Lei do próprio Orçamento.

Nos pontos seguintes serão indicados esses limites e qual a situação do Município relativamente ao seu cumprimento.

7.2.1. Endividamento a Médio e Longo Prazo

Nos termos do disposto no artigo 98º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) o limite de endividamento de médio e longo prazo para cada município em 2013, é o resultante do disposto na LFL, ou seja não pode exceder a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior. No entanto, refere ainda o mesmo artigo da LOE/2013 que a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazo é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas em 2011 que de acordo com a comunicação da DGAL perfaz o montante de 432.912,00 €. Assim, o limite ao EMLP para o ano de 2013 é de 4.751.826,55 €.

Tendo em conta o montante da dívida de empréstimos a médio e longo prazo existente em 31 de dezembro de 2013, verifica-se que o Município tem utilizado 2.162.426,79 €, isto é, cerca de 45% do limite de EMLP.

Quadro 21 - Situação face aos Limites ao Endividamento a Médio e Longo Prazo

SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS EM 31/12/2013	
1. Limite ao endividamento (OE/2013 e LFL)	4.751.826,55
2. Capital em dívida de médio e longo prazos	2.349.295,95
3. Capital em dívida excecionados dos limites de endividamento	186.869,16
4. Capital em dívida a médio e longo prazos a considerar (já utilizado) ((2.)-(3.))	2.162.426,79
5. Verificação do cumprimento dos limites a 31/12/2013 ((4.)-(1.))	-2.589.399,76

7.2.2. Endividamento Líquido

Ainda nos termos do disposto no artigo 98.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013) os limites de endividamento líquido para cada município em 2013, são apurados do seguinte modo:

"(...)O limite de endividamento líquido (...) corresponde ao menor dos seguintes valores:

- a) Limite de endividamento líquido de 2012;
- b) Limite resultante do disposto no nº1 do artigo 37º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro..."



De acordo com o preceituado no Orçamento de Estado, o limite ao EL para o ano de 2013 é o EL de 2012 (pois o limite resultante da LFL é superior).

Neste sentido, o limite para 2013 é de 1.889.596,07 €³ (caso o cálculo do limite fosse efetuado nos termos da Lei das Finanças Locais, para 2012 o limite ao endividamento líquido do Município de Góis seria de 5.939.783,19 €).

Da análise ao endividamento líquido, verifica-se que o Município, à data de 31 de dezembro de 2013, tem utilizado 1.341.622,60 € correspondendo a 71,00% do limite de EL.

Quadro 22 - Situação face ao Limite ao Endividamento Líquido

SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM 31/12/2013	
1. Limite ao endividamento (OE/2013)	1.889.596,07
2. Endividamento líquido	1.528.491,76
3. Capital em dívida excecionados dos limites de endividamento	186.869,16
4. Endividamento líquido a considerar (já utilizado) ((2.)-(3.))	1.341.622,60
5. Verificação do cumprimento dos limites a 31/12/2013 ((4.)-(1.))	-547.973,47

³ O referido limite ao Endividamento Líquido é apresentado tendo em consideração a recomendação emitida pelo Tribunal de Contas que indica que o montante de endividamento líquido municipal é equivalente à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos líquidos. Este cálculo é diferente do utilizado em Relatórios de Gestão anteriores e diferente também do cálculo utilizado no limite ao Endividamento Líquido comunicado pela Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), em que se considera que o montante de endividamento líquido municipal é equivalente à diferença entre a soma dos passivos e a soma dos ativos brutos.

Neste sentido, utilizando o cálculo realizado e comunicado pela DGAL o limite para 2012 é de 1.758.121,36 €.

Da análise ao endividamento líquido, verifica-se que o Município, à data de 31 de dezembro de 2013, tem utilizado 1.208.745,36 € correspondendo a 68,75% do limite de EL.

SITUAÇÃO FACE AOS LIMITES AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM 31/12/2013	
1. Limite ao endividamento (OE/2013)	1.758.121,36
2. Endividamento líquido	1.395.614,52
3. Capital em dívida excecionados dos limites de endividamento	186.869,16
4. Endividamento líquido a considerar (já utilizado) ((2.)-(3.))	1.208.745,36
5. Verificação do cumprimento dos limites a 31/12/2013 ((4.)-(1.))	-549.376,00



8. RECURSOS HUMANOS

8.1 Total de trabalhadores

Quadro 23 - Trabalhadores por carreira segundo a modalidade de vinculação

Relação Jurídica	Carreira								Total
	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros		
Comissão de serviço		1					1	2	
CTFP por tempo indeterminado			18	31	77	1	4	131	
CTFP a termo resolutivo certo			6	3	14			23	
Totais	0	1	24	34	91	1	5	156	156

Quadro 24 – Trabalhadores segundo o género

Relação Jurídica	Carreira														Total	
	Dirigente Superior		Dirigente Intermédio		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Informática		Outros			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Comissão de serviço				1									1		1	1
CTFP por tempo indeterminado					6	12	13	18	49	28	1		4		73	58
CTFP a termo resolutivo certo					2	4	1	2	3	11					6	17
Totais	0	0	0	1	8	16	14	20	52	39	1	0	5	0	80	76

Em 31 de dezembro de 2013 o Município de Góis contava com um total geral de 156 trabalhadores. Da análise dos quadros antecedentes, verifica-se que o grupo constituído por Assistentes Operacionais é o grupo com maior peso no total de trabalhadores, contando com aproximadamente 58% e que a maioria dos colaboradores é do sexo masculino, com quase 52%.

Os trabalhadores do Município com maior peso no total dos trabalhadores têm idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos (com cerca de 39%), os 30 e os 39 anos (com cerca de 25%) e os 50 e os 59 anos (com cerca de 30%).



Quadro 25 - Trabalhadores segundo o escalão etário

Anos de idade	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Totais
< 20								
20-24					1			1
25-29				1	1			2
30-34			8	1	6	1		16
35-39		1	6	3	11		2	23
40-44			4	9	17		1	31
45-49			4	7	19			30
50-54				8	21		2	31
55-59			2	4	11			17
60-64				1	4			5
65-69								
> 70								
Totais	0	1	24	34	91	1	5	156

É de salientar ainda que o índice de tecnicidade do pessoal, ou seja, o número de técnicos superiores no total dos efetivos, situa-se em cerca de 16%, mostrando-se relativamente baixo.

De referir ainda que do ano de 2012 para 2013, o número de colaboradores reduziu no total em 8 trabalhadores.

8.2 Despesas com pessoal

8.2.1 – Encargos com pessoal

Em 2013 as despesas com pessoal totais orçaram em 2.801.054,80 €. Nestas despesas incluem-se, por derivação de tratamento contabilístico, os encargos anuais com os membros dos órgãos autárquicos, com os trabalhadores da autarquia e com os colaboradores no âmbito de contratos de políticas sociais de emprego, suportados a título de remunerações certas e permanentes e de abonos variáveis ou eventuais.



Quadro 26 - Encargos com Pessoal durante o ano de 2013

Encargos com Pessoal	Valor
Remuneração Base + Subsídio de Férias + Subsídio de Natal	1.920.098,77
Subsídio de refeição	165.127,06
Trabalho extraordinário	6.879,24
Trabalho em dias de descanso e feriados	22.825,51
Abono para faltas	4.151,48
Ajudas de custo	16.742,62
Representação	21.412,44
Suplementos e Prémios	0,00
Outros	80.633,70

Quadro 27 - Comparação de Encargos com Pessoal entre 2012 e 2013

Designação	Anos		Variação 2012/2013
	2012	2013	
Encargos com Pessoal (total)	2.181.049,25	2.237.870,82	56.821,57

Através da análise do quadro anterior, constata-se que existe um acréscimo no montante dos encargos com pessoal na ordem dos 3%, ou seja, as despesas realizadas com os trabalhadores da autarquia aumentaram.

8.2.2 – Encargos com Prestações Sociais

O presente ponto inclui, sob a epígrafe encargos com pessoal, encargos anuais com as prestações sociais dos membros dos órgãos autárquicos e dos trabalhadores da autarquia.

Assim, em 2013 foram registados em encargos com prestações sociais 563.183,98 €, que se distribuem, de acordo com as respetivas rubricas, nos termos do quadro seguinte:

Quadro 28 - Encargos com prestações sociais

Encargos com prestações sociais	Valor
Encargos com a saúde	69.625,67
Subsídio familiar a crianças e jovens	15.029,62
Outras prestações familiares	0,00
Contribuição para Segurança Social	401.153,72
Seguros	77.374,97



Esta tipologia de encargos, comparativamente com ano anterior, e conforme se pode verificar pela leitura do quadro seguinte, apresenta uma variação positiva de cerca de 22%, como aliás também ocorreu com os restantes encargos com pessoal.

Quadro 29 - Comparaçao de Encargos com Prestações Sociais de 2012 e 2013

Designação	Anos		Variação 2012/2013
	2012	2013	
Encargos com prestações sociais (total)	460.649,86	563.183,98	102.534,12

8.3 – Formação

Durante o ano de 2013 foram despendidas, por parte dos trabalhadores 2.610 horas de formação correspondentes a 51 ações de formação.

Quadro 30 - Cursos de Formação

Ação de Formação	Duração	Nº Formandos
Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos	35	1
Autocad Avançado	35	2
CCP - Critérios de Adjudicação e Erros e Omissões	21	4
CCP - Elaboração de peças procedimentais	14	2
CCP - Formação e Execução de Contratos de Bens e Serviços	21	3
CCP - Formação e Execução de Contratos de Empreitadas	21	1
Código do Procedimento Administrativo	21	4
Comunicação e Comportamento Organizacional	14	3
Comunicação Institucional e Atendimento (Balcão único)	21	1
Conferência Nacional Projeto ForeStake - Participar no Rumo e no Cuidar da Floresta Portuguesa: um repto para todos?	7	1
Contratação Pública e as limitações decorrentes dos fundos disponíveis	21	2
Curso de Aptidão de Motoristas Categoria D	7	6
Desmaterialização de Processos Administrativos	14	3
Eficiência Energética em Edifícios	7	1
Formação Continua de Motoristas	35	1
Formação Contínua de Motoristas - CAM	35	14
Formação de Código do Procedimento Administrativo	21	1
Gestão de documentos eletrónicos e preservação digital	14	2
Gestão de Stocks	21	2
Gestão de Stress	14	2
Gestão de Tesouraria e Fundo Maneio	21	3
Higiene e Segurança Alimentar HACCP	21	1
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso	14	6
Ler sem saber: experiência de leitura em crianças entre os 9 meses e os 3 anos	14	1
Licenciamento Zero	6	2



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013

Ação de Formação	Duração	Nº Formandos
Liderança e Gestão de Equipas	21	X
Manutenção em Sistemas de Abastecimento de Água	21	1
Modernização Administrativa	14	1
O IVA nas Autarquias Locais	21	2
Operador/Manobrador de Equipamentos	14	4
Plano de Emergência Interno	14	1
Redes sociais e marketing -Estratégias para bibliotecas	14	1
Regime de Mobilidade na Administração Pública Local	21	2
Regime Jurídico de Empreendimentos Turísticos	21	2
Regime Jurídico de Execuções Fiscais	21	1
Segurança no Transporte Coletivo de Crianças	21	5
Seminário A Prestação de Contas Municipais	7	1
Seminário A reestruturação Setor Água em Portugal	7	1
Seminário Empresas Locais e Sociedades Comerciais Participadas	7	1
Seminário Florestal A Gestão Florestal e o Ordenamento do Território	7	1
Seminário Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais	6	3
SIG - Avançado	28	2
SIG - Cartografia	21	1
Sistema Industrial Responsável	6	1
Suporte Básico de Vida	21	15
Técnicas de animação	21	6
Turismo Inclusivo - oportunidades e desafios (unid. de formação de curta duração do CNQ)	25	2
Unidade de Formação de Curta Duração do CNQ: Deontologia e Ética Profissional	25	1
Vigilantes de Transporte Coletivo de Crianças	21	2
Windows Server 2008	21	1
XXXIII Colóquio Nacional da ATAM	21	4

9. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O presente ponto do Relatório de Gestão pretende mostrar a concreta atividade da Câmara Municipal exercida durante o exercício de 2013.

A informação que resulta da contabilidade de custos deverá ser analisada como a melhor informação disponível tendo em consideração as limitações com que a Câmara Municipal se depara na obtenção da informação.

Convém referir que em termos informáticos, para o correto funcionamento da contabilidade de custos há a necessidade de se ter em consideração a relação existente com muitas aplicações informáticas de diversos quadrantes, nomeadamente gestão de stocks, obras por administração direta, gestão de pessoal e gestão de património.

Assim, dando cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL, no ano de 2013, utilizou-se o sistema de Contabilidade de Custos, que permitiu apurar custos por funções e por bens e serviços, distinguindo custos com materiais, mão-de-obra direta, máquinas e viaturas, outro tipo de custos e imputando os custos indiretos de acordo com as regras estabelecidas no POCAL. De referir que a diferença entre os custos apurados e os custos totais existentes são considerados como "custos não incorporáveis".

Como se pode observar no quadro seguinte, as funções sociais representam cerca de 54% dos custos do Município, sendo de salientar as funções relacionadas com a educação que tem um custo total na ordem de 1.004.454,58 €, com a cultura com um custo total no montante de 572.421,70 € e com o abastecimento de água com um custo total no valor de 525.034,09 €.

Seguidamente é de realçar as funções económicas com 25,88% dos custos totais do Município, destacando-se os transportes rodoviários com custos na ordem dos 953.587,92 €, seguidos da indústria e energia com 404.053,98 € e do turismo com 200.413,35 €.

Em relação às funções gerais, estas representam cerca de 17,61% dos custos totais, estando incluídas todas as despesas relacionadas com a administração geral do Município.

Por fim temos as outras funções, com cerca de 3% dos custos, onde se destacam as transferências entre administrações no montante de 87.421,77 €.



Quadro 31 - Repartição dos custos (diretos e indiretos) por funções

FUNÇÕES 2013	CUSTOS POR FUNÇÃO	%
1 Funções gerais	1.135.327,50 €	17,61%
110 Serviços gerais de administração pública	9.260,43 €	0,14%
111 Administração geral	614.400,63 €	9,53%
121 Protecção civil e luta contra incêndios	511.666,44 €	7,94%
2 Funções sociais	3.468.799,66 €	53,82%
211 Ensino não superior	718.302,56 €	11,14%
212 Serviços auxiliares de ensino	286.152,02 €	4,44%
221 Serviços individuais de saúde	31.397,05 €	0,49%
232 Ação social	228.842,99 €	3,55%
242 Ordenamento do território	7.703,30 €	0,12%
243 Saneamento	268.100,45 €	4,16%
244 Abastecimento de água	525.034,09 €	8,15%
245 Resíduos sólidos	248.342,85 €	3,85%
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	65.074,06 €	1,01%
251 Cultura	572.421,70 €	8,88%
252 Desporto, recreio e lazer	481.203,02 €	7,47%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	36.225,57 €	0,56%
3 Funções económicas	1.668.312,85 €	25,88%
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	107.123,05 €	1,66%
320 Indústria e energia	404.053,98 €	6,27%
331 Transportes rodoviários	953.587,92 €	14,80%
341 Mercados e feiras	3.134,55 €	0,05%
342 Turismo	200.413,35 €	3,11%
4 Outras funções	172.814,74 €	2,68%
410 Operações da dívida autárquica	57.188,39 €	0,89%
420 Transferências entre administrações	87.421,77 €	1,36%
430 Diversas não especificadas	28.204,58 €	0,44%
TOTAL	6.445.254,75 €	100,00%

De seguida efetuar-se-á uma análise mais aprofundada das funções mais relevantes, enquadradas nos três grupos de funções (gerais, sociais e económicas).

9.1. Funções Gerais

Apesar de estas corresponderem apenas a cerca de 18% deve-se analisar separadamente cada uma delas.

- Administração Geral

Nesta função insere-se o Edifício Paços do Concelho que representa 32% dos seus custos totais. Este bem apresenta na rubrica "o. custos" despesas relacionadas com eletricidade, internet, material de escritório, seguros, amortizações, entre outros.

Quadro 32 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Administração Geral (Função 111)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0002 - Edifício Paços Concelho	7.529,15	46.940,38	6.617,41	76.498,31	61.457,47	199.042,72
Bem 0004 - Oficinas	8.397,54	50.643,52	3.695,22	5.119,69	29.102,25	96.958,22
Bem 0042 - Viatura Pesada Mercedes Sprinter 39-FJ-66	11.485,20	767,76	61,48	8.828,45	556,86	21.699,75
Bem 0005 - Armazém	4.650,06	3.219,93	3.036,08	3.649,10	6.298,62	20.853,79
Bem 0035 - Viatura Pesada MAN 46-97-IQ	12.333,13	517,58	112,77	3.877,70	1.266,80	18.107,98
Bem 0003 - Espaço Internet	86,55	5.888,04	0,00	6.719,01	5.076,96	17.770,56
Bem 0043 - Máquina CAT 428D	10.133,03	4.287,86	166,51	405,95	1.891,56	16.884,91
Bem 0034 - Viatura Pesada Iveco 74-93-XZ	5.684,24	598,00	0,00	8.834,77	357,43	15.474,44
Bem 0036 - Viatura Pesada Mercedes 33-52-LS	9.786,27	646,80	15,00	3.997,61	307,52	14.753,20
Bem 0052 - Viatura Ligeira Toyota 78-GT-16	7.398,02	447,20	0,00	4.072,95	445,35	12.363,52
Bem 0060 - Trator 30-MM-55	5.491,09	216,00	0,00	6.172,69	81,30	11.961,08
Bem 0011 - Viatura Ligeira Citroën C5 31-73-TQ	9.103,06	215,60	0,00	871,61	91,88	10.282,15
Bem 0013 - Viatura Ligeira Toyota Prius 48-GQ-50	4.044,03	54,00	0,00	5.248,14	275,24	9.621,41
Bem 0057 - Máquinas e Equipamentos Diversos	120,77	1.050,97	149,47	6.299,13	1.913,05	9.533,39
Bem 0008 - Quinta da Ribeira	1.299,90	1.572,20	768,44	3.022,59	2.742,79	9.405,92
Bem 0058 - Quinta do Balão	476,85	2.583,38	949,43	2.046,96	2.670,97	8.727,59
Bem 0022 - Viatura Ligeira Mercedes 17-51-SH	6.775,88	202,10	105,56	1.084,41	186,76	8.354,71
Bem 0023 - Viatura Ligeira Mercedes 24-26-AU	6.113,54	510,64	0,00	918,64	188,93	7.731,75
Serviço 0001 - Eleições	0,00	0,00	0,00	4.426,69	2.837,71	7.264,40
Bem 0021 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 58-98-HN	4.607,39	1.289,60	15,00	258,60	561,51	6.732,10
Bem 0037 - Viatura Ligeira Mitsubishi L400 77-76-NC	5.267,25	746,90	0,00	295,70	357,88	6.667,73
Bem 0032 - Máquina CAT 120G	5.347,95	779,87	52,44	172,79	305,10	6.658,15
Bem 0017 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 32-35-JQ	3.901,26	817,25	0,00	501,63	365,55	5.585,69
Bem 0059 - Máquina CAT 301-8C	1.640,98	287,78	0,00	3.421,48	231,51	5.581,75
Bem 0031 - Viatura Mitsubishi L200 17-88-BU	3.981,74	750,70	0,00	443,83	304,24	5.480,51
Bem 0054 - Viatura Ligeira Tractor 36-63-HC	2.446,27	1.794,22	0,00	30,90	889,72	5.161,11
Bem 0018 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 66-83-FG	3.216,54	820,50	3,75	511,52	319,54	4.871,85
Bem 0044 - Máquina JCB 1CX	2.410,72	1.462,50	11,25	26,79	554,11	4.465,37
Bem 0049 - Viatura Ligeira Citroen Berlingo 27-19-VU	2.635,38	563,70	97,24	365,88	330,38	3.992,58
Bem 0038 - Viatura Ligeira Mitsubishi L400 80-20-QA	2.300,32	731,32	0,00	432,94	407,08	3.871,66
Bem 0020 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 32-23-BV	2.900,93	132,20	0,00	317,94	54,45	3.405,52



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0051 - Viatura Ligeira Tractor HZ-75-84	1.892,68	924,50	37,50	176,19	305,28	3.336,15
Bem 0039 - Viatura Pesada Toyota 58-76-CQ	1.418,94	402,20	26,25	940,63	200,75	2.988,77
Bem 0007 - Casa do Artista	105,37	512,23	56,69	1.179,25	1.124,83	2.978,37
Bem 0015 - Viatura Ligeira Mitsubishi L300 SX-14-49	1.756,23	455,50	26,25	377,16	198,85	2.813,99
Bem 0041 - Viatura Ligeira Citroën Xantia 64-22-DU	1.919,62	365,10	3,75	249,14	168,82	2.706,43
Bem 0019 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 91-78-LP	1.664,17	380,30	0,00	440,91	169,57	2.654,95
Bem 0026 - Máquina CAT 910	2.343,00	0,00	0,00	182,57	2,79	2.528,36
Bem 0045 - Máquina JCB 3D	1.896,45	184,80	22,50	185,82	95,33	2.384,90
Bem 0016 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 48-06-VI	1.746,53	140,62	0,00	384,17	75,34	2.346,66
Bem 0024 - Viatura Ligeira Volkswagen Golf 1600 NE-14-14	883,47	466,20	0,00	127,12	191,92	1.668,71
Bem 0027 - Máquina Dumper Mustang 6682 Modelo 2000 (Nº9)	888,20	397,90	56,25	119,64	203,41	1.665,40
Bem 0050 - Viatura Ligeira Tractor IN-05-86	1.183,80	109,30	7,50	168,35	60,05	1.529,00
Bem 0028 - Máquina Dumper Mustang 6675 Modelo 2000 (Nº8)	922,68	290,70	0,00	145,50	103,21	1.462,09
Bem 0012 - Viatura Ligeira Citroën C4 57-EX-36	261,49	8,30	0,00	705,56	8,22	983,57
Bem 0055 - Máquina Dumper Campino	38,92	0,00	0,00	520,76	228,55	788,23
Bem 0033 - Viatura Ligeira Ford Transit 89-44-AM	61,50	18,00	0,00	542,59	122,54	744,63
Bem 0053 - Empilhador Mitsubishi 3T Diesel	240,62	0,00	0,00	448,83	2,79	692,24
Bem 0030 - Máquina Cilindro CAT CB224B	135,45	232,50	0,00	75,34	165,30	608,59
Bem 0029 - Máquina Cilindro RS80	0,00	146,00	7,50	0,00	36,38	189,88
Bem 0014 - Viatura Ligeira Mitsubishi L300 QX-63-54	0,00	51,90	0,00	0,00	12,30	64,20
TOTAL	170.924,16	135.624,55	16.101,24	165.843,93	125.906,75	614.400,63

- Proteção Civil e Luta Contra Incêndios

No que se refere à proteção civil, a ADESA – Associação de Desenvolvimento da Serra do Aço e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Góis são as entidades que conferem maiores gastos, correspondendo a rubrica “o. custos” a transferências correntes e de capital , representando 70% e 71%, respectivamente.

Quadro 33 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Proteção Civil e Luta Contra Incêndios (Função 121)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0012 - ADESA - Apoio Entid. Prevenção Contra Incêndios	288,59	1.423,78	82,62	205.146,32	87.153,08	294.094,39
Serviço 0011 - Bombeiros - Apoio Entid. Prevenção Contra Incêndios	82,70	658,40	76,44	129.403,23	51.052,25	181.273,02
Bem 0217 - Abertura e limpeza de estradas e aceiros	0,00	4.105,45	10.690,05	0,00	6.158,76	20.954,26
Bem 0070 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 36-AA-66	3.102,34	865,80	26,31	4.295,84	438,41	8.728,70
Bem 0071 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 66-BS-21	1.336,02	97,60	0,00	4.192,65	110,31	5.736,58
Bem 0072 - Pontos de água	83,26	374,37	155,17	0,00	266,69	879,49
TOTAL	4.892,91	7.525,40	11.030,59	343.038,04	145.179,50	511.666,44



9.2. Funções Sociais

- Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino

No que diz respeito ao ensino não superior, os bens/serviços que mais contribuem para os custos da educação são a Escola Básica 2,3 de Góis e a Escola Básica 1º ciclo de Góis, sendo de salientar a rubrica “mão obra” de 172.075,62€ e 49.147,04 €, representando 56% e 36% dos seus custos, respetivamente. De referir ainda que o bem “Residência de Estudantes” tem um peso de 50% nos custos totais da função 212, representando a rubrica “mão obra” 36% dos seus custos.

Quadro 34 - Imputação dos custos - Bens/Serviços do Ensino Não Superior e Serviços Auxiliares de Ensino (Funções 211 e 212)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0084 - Escola Básica 2,3 de Góis	2.311,53	172.075,62	1.422,33	18.220,18	113.395,48	307.425,14
Bem 0090 - Residência de Estudantes	3.008,86	51.722,94	91,26	46.085,13	42.593,79	143.501,98
Bem 0078 - Escola Básica 1º Ciclo de Góis	1.642,17	49.147,04	22,89	34.488,83	51.661,01	136.961,94
Serviço 0027 - Transportes Escolares - EB23 e Secundária Arganil	0,00	12.725,02	2.220,29	46.361,50	24.823,44	86.130,25
Bem 0075 - Jardim Infância de Góis	0,00	36.331,95	14,65	16.370,64	30.331,57	83.048,81
Bem 0083 - Centro Escolar de Alvares	428,74	806,00	1.980,99	30.563,53	21.441,51	55.220,77
Bem 0077 - Jardim Infância de Vila Nova Ceira	0,00	27.448,61	53,97	4.288,18	19.184,53	50.975,29
Serviço 0026 - Transportes Escolares - EB1	0,00	6.264,50	1.064,15	20.334,82	11.561,69	39.225,16
Bem 0079 - Escola Básica 1º Ciclo da Ponte Sotão	237,49	14.184,80	346,19	7.652,63	13.784,73	36.205,84
Serviço 0020 - Atividades de Enriquecimento Curricular	0,00	11.600,00	0,00	2.783,39	7.783,52	22.166,91
Bem 0080 - Escola Básica 1º Ciclo de Vila Nova Ceira	136,84	973,30	209,34	9.474,43	7.464,74	18.258,65
Serviço 0025 - Transportes Escolares - JI	0,00	5.570,56	1.510,62	4.034,93	4.647,44	15.763,55
Bem 0076 - Jardim Infância da Ponte Sotão	59,41	1.525,81	189,42	3.151,68	3.112,89	8.039,21
Serviço 0029 - Transportes Escolares - ATL	0,00	309,56	340,17	0,00	334,65	984,38
Serviço 0028 - Transportes Escolares - Visitas de Estudo	0,00	301,10	88,68	0,00	156,92	546,70
TOTAL	7.825,04	390.986,81	9.554,95	243.809,87	352.277,91	1.004.454,58

- Ação Social

Nesta função consta o apoio prestado a diversas entidades e projetos, nas quais são de evidenciar o “Programa RAMPA - Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade do Concelho de Góis”, sendo os seus principais custos relacionados com a prestação de serviços de estudos e pareceres, e o “Projeto Parménides - Promoção de Igualdade de Género”, que comporta custos relativos à prestação de serviços de apoio técnico e de ações de formação.



Quadro 35 - Imputação dos custos - Bens/Serviços da Ação Social (Função 232)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0059 - Programa RAMPA - POPH	0,00	0,00	0,00	33.579,00	39.855,99	73.434,99
Serviço 0058 - Projeto Parménides - Promoção Igualdade de Género	0,00	79,62	0,00	22.610,00	29.546,18	52.235,80
Serviço 0042 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)	0,00	0,00	13,46	12.828,58	14.229,70	27.071,74
Serviço 0057 - Programa Municipal Inclusão e Desenvolvimento (PMID)	0,00	0,00	0,00	6.000,00	11.946,65	17.946,65
Serviço 0037 - Santa Casa da Misericórdia de Góis - Apoio a IPSS	0,00	567,54	319,62	4.327,50	8.762,14	13.976,80
Serviço 0052 - Políticas Sociais de Emprego *	0,00	0,00	0,00	3.663,82	6.325,72	9.989,54
Serviço 0041 - ARCIL - Apoio a IPSS	0,00	0,00	0,00	2.538,78	5.669,67	8.208,45
Serviço 0035 - Auxílios Económicos	0,00	0,00	0,00	2.026,73	6.069,05	8.095,78
Bem 0101 - Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) - ARCIL	0,00	1.614,86	25,26	0,00	4.171,40	5.811,52
Serviço 0036 - Centro Social Rocha Barros - Apoio a IPSS	102,61	665,60	382,50	0,00	3.296,52	4.447,23
Serviço 0047 - Assistência Social a Municípios	54,00	254,44	919,73	0,00	2.715,66	3.943,83
Bem 0100 - Casa de Acolhimento	0,00	0,00	0,00	718,87	1.577,09	2.295,96
Serviço 0043 - Programa Escolhas (ADIBER)	0,00	0,00	0,00	69,57	567,98	637,55
Serviço 0038 - Centro Social Paroquial de Alvares - Apoio a IPSS	0,00	0,00	0,00	122,27	252,64	374,91
Serviço 0039 - Caritas Diocesana de Coimbra - Apoio a IPSS	0,00	167,58	0,00	0,00	204,66	372,24
TOTAL	156,61	3.349,64	1.660,57	88.485,12	135.191,05	228.842,99

* Relativamente às políticas sociais de emprego, não está evidenciado o montante das bolsas atribuídas uma vez que se encontra incluído nos custos com pessoal, enquadrados na função 111

- Saneamento

Na análise desta função destacam-se os sistemas de saneamento da freguesia de Góis, de Vila Nova do Ceira e de Alvares, sendo os maiores montantes considerados nos "o. custos" relacionados com trabalhos especializados e com eletricidade.

Quadro 36 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Saneamento (Função 243)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0113 - Rede Saneamento - Freguesia de Góis	5.609,14	3.081,72	862,57	83.584,02	45.926,44	139.063,89
Bem 0114 - Rede Saneamento - Freguesia de V.N.Ceira	1.210,45	845,02	468,91	43.811,63	23.636,03	69.972,04
Bem 0110 - Rede Saneamento - Freguesia de Alvares	2.642,81	2.728,50	2.069,17	24.816,91	16.587,02	48.844,41
Bem 0111 - Rede Saneamento - Freguesia do Cadafaz	515,68	1.123,32	305,04	3.289,46	3.156,51	8.390,01
Bem 0112 - Rede Saneamento - Freguesia do Colmeal	492,13	335,54	128,33	0,00	747,31	1.703,31
Bem 0115 - Máquina Cilindro Cisterna	113,02	8,30	0,00	0,00	5,47	126,79
TOTAL	10.583,23	8.122,40	3.834,02	155.502,02	90.058,78	268.100,45



- Abastecimento de Água

Relativamente à função de abastecimento de água, os bens com custos mais elevados são os associados aos sistemas de abastecimento de água das freguesias de Góis e de Alvares, sendo nestes casos a rubrica "o. custos" e "indiretos", maioritariamente relacionados com eletricidade, que mais contribuem para os custos totais.

Quadro 37 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Abastecimento de Água (Função 244)

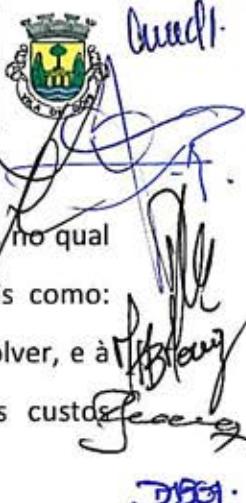
BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0123 - Rede Abastecimento Água - Freguesia de Góis	18.280,83	35.402,40	12.067,00	56.709,12	86.051,71	208.511,06
Bem 0120 - Rede Abastecimento Água - Freguesia de Alvares	11.297,38	26.001,73	5.565,93	30.776,27	54.744,74	128.386,05
Bem 0124 - Rede Abastecimento Água - Freguesia de V.N.Ceira	2.780,35	6.637,63	1.654,94	29.873,51	28.457,01	69.403,44
Bem 0122 - Rede Abastecimento Água - Freguesia do Colmeal	2.466,67	7.454,75	1.227,38	5.208,14	12.017,76	28.374,70
Serviço 0065 - Análise/Recolha Água	70,92	0,00	0,00	12.598,19	8.566,34	21.235,45
Bem 0121 - Rede Abastecimento Água - Freguesia do Cadafaz	1.967,12	5.700,53	796,88	4.046,13	8.603,80	21.114,46
Bem 0046 - Viatura Pesada Mitsubishi Canter TX-82-17	3.971,64	1.834,36	76,90	722,34	1.295,60	7.900,84
Bem 0128 - Viatura Ligeira Toyota 93-54-ZE	5.599,71	516,00	20,19	1.299,33	394,21	7.829,44
Bem 0047 - Viatura Pesada Mitsubishi 72-BT-29	3.374,42	153,00	0,00	3.851,33	152,46	7.531,21
Bem 0062 - Mitsubishi Canter 3S13D 64-NA-16	2.980,46	0,00	0,00	3.293,39	183,52	6.457,37
Bem 0048 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 66-BS-22	2.821,96	351,26	0,00	2.889,94	178,07	6.241,23
Bem 0126 - Viatura Ligeira Mitsubishi L200 76-25-BZ	3.295,49	526,70	26,72	369,84	421,02	4.639,77
Bem 0125 - Viatura Ligeira Ford Fiesta 89-65-AM	1.244,40	647,10	43,68	493,70	420,97	2.849,85
Bem 0127 - Viatura Ligeira Nissan UL-77-01	1.402,83	213,20	0,00	454,81	128,96	2.199,80
Bem 0129 - Viatura Ligeira Volkswagen Jetta VC-83-33	659,80	142,50	7,50	384,36	113,07	1.307,23
Bem 0061 - Mota Yamaha DT 50 1-GOI 32-85 (57-MV-49)	917,21	27,00	0,00	87,14	20,84	1.052,19
TOTAL	63.131,19	85.608,16	21.487,12	153.057,54	201.750,08	525.034,09

- Resíduos Sólidos

Neste caso, a prestação de serviços da ERSUC – Resíduos Sólidos Centro, SA inserida na rubrica "o. custos" no montante de 41.758,85 €, representa 17% dos custos totais desta função.

Quadro 38 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Resíduos Sólidos (Função 245)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0070 - Recolha de Resíduos Sólidos	345,38	50.192,79	31.694,30	51.392,07	71.101,87	204.726,41
Bem 0135 - Viatura Volvo 89-CC-80	15.221,96	618,24	0,00	12.847,09	349,48	29.036,77
Bem 0136 - Viatura Renault 24-38-HR	8.847,82	1.172,10	137,67	538,53	712,27	11.408,39
Serviço 0071 - Recolha de Monos	8,92	1.066,53	745,52	303,37	1.046,94	3.171,28
TOTAL	24.424,08	53.049,66	32.577,49	65.081,06	73.210,56	248.342,85



- Cultura

Na cultura evidencia-se o apoio à ADIBER, com o montante de 212.040,19 € (37,04%), no qual se incorpora o apoio à manutenção corrente da mesma e a diversos projetos tais como: Ecobrigadas, Projeto de Inovação e Qualificação Jovem e Projeto Inserir para Desenvolver, e à Associação Educativa e Recreativa de Góis (64.445,77 €), sendo 53% dos seus custos considerados "o. custos" correspondendo a apoio na manutenção corrente.

Os custos com festividades diversas também se destacam com o montante de 56.425,21 € (9,86%), onde estão inseridos diversos eventos tais como: Dia Internacional da Mulher, Páscoa de Sabores, Comemorações do 25 de Abril, Dia Mundial da Criança, Marchas Populares, Comemorações de Natal, Centenário da República, I Capítulo da Confraria do Cabrito, da Castanha e do Mel, entre outros.

Quadro 39 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Cultura (Função 251)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0089 - ADIBER - Apoio Diverso	345,06	158,83	45,64	130.209,05	81.281,61	212.040,19
Serviço 0081 - Associação Educativa e Recreativa de Góis - Apoio	5,66	5.090,43	974,87	34.158,74	24.216,07	64.445,77
Serviço 0080 - Festividades Diversas	862,88	10.053,83	1.195,12	23.019,65	21.293,73	56.425,21
Serviço 0083 - Góis Orosó Arte	383,31	2.726,67	673,03	30.148,52	20.966,78	54.898,31
Bem 0154 - Casa da Cultura	838,47	2.963,63	196,11	27.327,26	21.655,87	52.981,34
Bem 0156 - Centro de Referência da Memória Golense	12.240,89	0,00	0,00	8.816,90	12.490,37	33.548,16
Bem 0150 - Biblioteca Municipal	1.845,21	2.687,63	882,50	12.340,78	12.618,25	30.374,37
Serviço 0084 - Associações	2.362,36	2.451,84	222,57	8.538,07	6.982,05	20.556,89
Serviço 0086 - Comissões	226,98	647,11	158,39	10.112,30	6.062,14	17.206,92
Bem 0151 - Arquivo	0,00	218,84	3,70	6.583,95	4.361,51	11.168,00
Serviço 0085 - Ranchos	0,00	3.049,82	649,47	1.548,00	3.198,64	8.445,93
Serviço 0082 - Feira do Livro	141,89	1.018,83	171,85	2.481,73	1.743,77	5.558,07
Bem 0155 - Coleção Museológica de Góis	0,00	235,66	0,00	1.126,79	808,52	2.170,97
Bem 0153 - Centro de Interpretação Vale do Ceira	0,00	0,00	0,00	632,52	406,83	1.039,35
Serviço 0087 - Grupos Diversos	0,00	321,22	140,04	182,00	387,02	1.030,28
Bem 0152 - Casa Museu Alice Sande	0,00	182,07	0,00	3,24	88,44	273,75
Bem 0159 - Futuro Museu do Ceira	104,64	0,00	0,00	0,00	75,35	179,99
Bem 0157 - Monumento na Rotunda de Orosó	54,00	0,00	0,00	0,00	24,20	78,20
TOTAL	19.411,35	31.806,41	5.313,29	297.229,50	218.661,15	572.421,70

- Desporto, Recreio e Lazer

Analizando a função do desporto, recreio e lazer destacam-se as praias fluviais como o bem com o valor mais elevado, correspondendo a rubrica "o. custos" a cerca de 40% dos seus custos totais.

Em relação aos serviços, a FACIG é o que se destaca com o valor 114.855,50 € correspondendo a cerca de 24% dos custos totais da função, sendo que a rubrica "o. custos" engloba custos inerentes aos espetáculos, publicidade, refeições, entre outros.

Quadro 40 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Desporto, Recreio e Lazer (Função 252)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0121 - Feira Agríc,Comercial e Industrial de Góis - FACIG	1.475,28	3.199,83	1.475,74	76.728,60	31.976,05	114.855,50
Bem 0163 - Praias Fluviais	8.402,47	7.929,84	4.885,04	38.941,70	36.126,04	96.285,09
Bem 0161 - Pavilhão Gimnodesportivo	1.004,35	14.896,72	504,43	31.707,60	26.400,80	74.513,90
Bem 0160 - Parques e Jardins	2.614,17	21.796,22	2.142,96	12.995,47	22.444,14	61.992,96
Serviço 0122 - Motoclube - Apoio Entid.Culturais	667,87	5.115,58	2.065,87	25.000,00	11.878,17	44.727,49
Serviço 0123 - Secção Futebol (AERG) - Apoio Entid.Culturais	0,00	19.824,00	1.650,38	307,50	12.667,82	34.449,70
Bem 0162 - Campo de Futebol	2.610,72	3.316,90	205,38	8.213,20	8.382,15	22.728,35
Serviço 0120 - Eventos Diversos	7,84	263,91	34,45	8.276,85	7.164,62	15.747,67
Serviço 0125 - Feira dos Santos, do Mel e da Castanha	71,42	2.449,26	517,22	1.118,62	2.256,02	6.412,54
Bem 0165 - Campo de Ténis	0,00	0,00	0,00	2.025,48	1.183,95	3.209,43
Serviço 0124 - Secção Judo (AERG) - Apoio Entid.Culturais	0,00	908,00	289,96	8,40	717,77	1.924,13
Serviço 0126 - Clube Desportivo Cultural Social Casa do Povo V.N.C	30,45	1.085,90	295,57	0,00	502,72	1.914,64
Bem 0168 - Pista Motocross Carvalhinha	136,19	489,42	209,80	0,00	461,57	1.296,98
Bem 0164 - Parques Infantis	181,97	203,88	13,78	172,56	447,45	1.019,64
Bem 0167 - Campo de Futebol de Álvares	3,41	60,69	31,92	0,00	28,98	125,00
TOTAL	17.206,14	81.540,15	14.322,50	205.495,98	162.638,25	481.203,02

9.3. Funções Económicas

- Indústria e Energia

Analizando o quadro seguinte verifica-se que o serviço "Iluminação Pública" é o que se destaca largamente com cerca de 94% dos custos da função "Indústria e Energia".





Quadro 41 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Indústria e Energia (Função 320)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Serviço 0150 - Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	254.272,87	126.590,25	380.863,12
Bem 0187 - Zona Industrial de V.N.Ceira	0,00	55,89	86,82	10.828,44	8.933,93	19.905,08
Bem 0185 - Zona Industrial de Góis I	79,91	617,43	160,67	177,36	839,04	1.874,41
Bem 0186 - Zona Industrial das Cortes	0,00	281,64	566,13	0,00	563,60	1.411,37
TOTAL	79,91	954,96	813,62	265.278,67	136.926,82	404.053,98

D-BG

- Transportes Rodoviários

Em relação às funções económicas, a rede viária municipal da freguesia de Vila Nova do Ceira é o bem que apresenta maiores custos nesta função e é justificado fundamentalmente pelas amortizações ("o. custos") que correspondem a 59% dos seus custos.

Quadro 42 - Imputação dos custos - Bens/Serviços dos Transportes Rodoviários (Função 331)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0194 - Rede Viária Municipal - Freguesia de V.N.Ceira	1.104,85	2.880,38	1.310,09	168.975,36	114.443,26	288.713,94
Bem 0198 - Arruamentos Municipais - Freguesia de Góis	12.617,33	22.240,54	4.128,22	82.701,55	78.826,86	200.514,50
Bem 0201 - Limpeza Vias Municipais	5.122,80	32.521,76	32.769,07	0,00	45.778,29	116.191,92
Bem 0190 - Rede Viária Municipal - Freguesia de Alvares	3.666,16	7.858,17	2.908,44	43.730,38	36.562,79	94.725,94
Bem 0193 - Rede Viária Municipal - Freguesia de Góis	8.230,32	13.888,63	4.109,90	22.986,60	33.147,15	82.362,60
Bem 0199 - Arruamentos Municipais - Freguesia de V.N.Ceira	246,24	5.568,75	1.242,80	28.603,71	22.262,62	57.924,12
Bem 0195 - Arruamentos Municipais - Freguesia de Alvares	4.513,41	4.924,22	2.235,97	12.166,82	14.494,44	38.334,86
Bem 0192 - Rede Viária Municipal - Freguesia do Colmeal	2.442,72	1.847,28	676,89	16.918,08	13.932,47	35.817,44
Bem 0191 - Rede Viária Municipal - Freguesia do Cadafaz	631,39	801,62	482,51	14.966,76	10.873,22	27.755,50
Bem 0197 - Arruamentos Municipais - Freguesia do Colmeal	356,06	136,92	68,42	2.636,91	2.104,92	5.303,23
Bem 0196 - Arruamentos Municipais - Freguesia do Cadafaz	237,57	0,00	0,00	2.109,72	1.569,80	3.917,09
Bem 0200 - Sinalização	167,46	39,01	0,00	936,69	883,62	2.026,78
TOTAL	39.336,31	92.707,28	49.932,31	396.732,58	374.879,44	953.587,92

- Turismo

O parque de campismo é o bem que se destaca com o maior montante (67.928,12 €), sendo 44,52% dos seus custos considerados custos indiretos dos bens/serviços e indiretos à função, uma vez que não se consegue imputar diretamente aos bens/serviços consideram-se um custo da função.





Quadro 43 - Imputação dos custos - Bens/Serviços de Turismo (Função 342)

BEM/SERVIÇO	MATERIAIS	MOD	MÁQ./VIAT.	O.CUSTOS	INDIRETOS	TOTAL
Bem 0216 - Parque de Campismo	3.585,91	8.118,71	1.204,63	24.779,82	30.239,05	67.928,12
Serviço 0165 - Plano das Aldeias de Xisto	0,00	0,00	0,00	21.292,72	28.259,03	49.551,75
Serviço 0169 - Lousitânea-Liga de Amigos da Serra da Lousã	0,00	0,00	0,00	22.000,00	23.553,49	45.553,49
Serviço 0166 - Divulgação do Concelho de Góis	0,00	0,00	0,00	8.815,01	9.513,79	18.328,80
Bem 0215 - Posto de Turismo	5,25	1.376,13	0,00	3.833,31	5.147,71	10.362,40
Serviço 0167 - Geminação Góis - Orosó	0,00	0,00	0,00	2.633,85	1.793,07	4.426,92
Serviço 0168 - Participação em Feiras	0,00	43,47	0,00	2.204,11	2.014,29	4.261,87
TOTAL	3.591,16	9.538,31	1.204,63	85.558,82	100.520,43	200.413,35

Quadro 44 – Comparação custos (diretos e indiretos) por funções com ano 2012

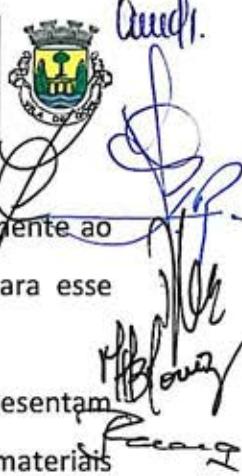
FUNÇÕES	CUSTOS POR FUNÇÃO 2012	%	CUSTOS POR FUNÇÃO 2013	%	VAR.
1 Funções gerais	1.166.404,62 €	19,73%	1.135.327,50 €	17,61%	-2,66%
110 Serviços gerais de administração pública	0,00 €	0,00%	9.260,43 €	0,14%	0,00%
111 Administração geral	735.308,46 €	12,44%	614.400,63 €	9,53%	-16,44%
121 Proteção civil e luta contra incêndios	431.096,16 €	7,29%	511.666,44 €	7,94%	18,69%
2 Funções sociais	3.060.304,55 €	51,76%	3.468.799,66 €	53,82%	13,35%
211 Ensino não superior	732.892,63 €	12,40%	718.302,56 €	11,14%	-1,99%
212 Serviços auxiliares de ensino	264.633,82 €	4,48%	286.152,02 €	4,44%	8,13%
221 Serviços individuais de saúde	27.930,10 €	0,47%	31.397,05 €	0,49%	12,41%
232 Ação social	165.514,93 €	2,80%	228.842,99 €	3,55%	38,26%
242 Ordenamento do território	5.587,25 €	0,09%	7.703,30 €	0,12%	37,87%
243 Saneamento	184.868,00 €	3,13%	268.100,45 €	4,16%	45,02%
244 Abastecimento de água	487.051,97 €	8,24%	525.034,09 €	8,15%	7,80%
245 Resíduos sólidos	240.483,72 €	4,07%	248.342,85 €	3,85%	3,27%
246 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	58.265,44 €	0,99%	65.074,06 €	1,01%	11,69%
251 Cultura	354.300,49 €	5,99%	572.421,70 €	8,88%	61,56%
252 Desporto, recreio e lazer	519.552,34 €	8,79%	481.203,02 €	7,47%	-7,38%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	19.223,86 €	0,33%	36.225,57 €	0,56%	88,44%
3 Funções económicas	1.441.273,21 €	24,38%	1.668.312,85 €	25,88%	15,75%
310 Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	84.650,77 €	1,43%	107.123,05 €	1,66%	26,55%
320 Indústria e energia	339.760,30 €	5,75%	404.053,98 €	6,27%	18,92%
331 Transportes rodoviários	817.292,43 €	13,82%	953.587,92 €	14,80%	16,68%
341 Mercados e feiras	2.076,80 €	0,04%	3.134,55 €	0,05%	50,93%
342 Turismo	197.492,91 €	3,34%	200.413,35 €	3,11%	1,48%
4 Outras funções	244.060,56 €	4,13%	172.814,74 €	2,68%	-29,19%
410 Operações da dívida autárquica	68.597,08 €	1,16%	57.188,39 €	0,89%	-16,63%
420 Transferências entre administrações	123.055,53 €	2,08%	87.421,77 €	1,36%	-28,96%
430 Diversas não especificadas	52.407,95 €	0,89%	28.204,58 €	0,44%	-46,18%
TOTAL	5.912.042,94 €	100,00%	6.445.254,75 €	100,00%	9,02%



relatório de
gestão



ano financeiro de 2013



Desta análise verifica-se que houve um aumento nos custos de 9,02 % comparativamente ao ano transato, sendo as funções económicas (15,75%) as que mais contribuíram para esse aumento, seguindo-se as funções sociais (13,35%).

Relativamente às funções económicas, os “transportes rodoviários” são os que apresentam maior aumento em valor (136.295,49 €), justificado principalmente pelos custos com materiais e amortizações nos bens/serviços “arraumentos municipais na freguesia de Góis” e “rede viária municipal na freguesia de Alvares”. DRBG1

No que respeita às funções sociais, a cultura é a que se destaca com um acréscimo de 61,56%, justificado pelas amortizações da Casa da Cultura e pela aquisição de materiais diversos para o Centro de Referência da Memória Goiense.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Órgão Executivo propõe, de acordo com as disposições legais, a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício que corresponde a 793.224,97 €.

O resultado líquido do exercício quando positivo, segundo o ponto 2.7.3. do POCAL, pode ser repartido para reforço do património e/ou constituição ou reforço de reservas. Menciona ainda que é obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 ~~DINHEIRO~~ corresponda 20% do ativo líquido e a constituição de reservas legais de no mínimo 5%.

Sendo assim, propõe-se a seguinte distribuição de resultados:

- Reservas Legais (57.1) – 39.661,25 € (Imposição legal – Reforço da conta 57.1 no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício);
- Resultados Transitados (59) – 753.563,72 €.

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO ANO FINANCEIRO DE 2013**

ENCERRAMENTO

----- O presente Relatório do ano financeiro de 2013, foi aprovado pela Câmara Municipal, em conformidade com o disposto na alínea i) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na reunião ordinária de 8 de abril de 2014. -----

A Presidente da Câmara

Dra. Cecília Andrade

Os Vereadores

José Belchior Porto Júnior
Joacumino da Silva Maria Helena Antunes Braga



[Handwritten signatures]

**RELATÓRIO DE GESTÃO
DO ANO FINANCEIRO DE 2013**

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

----- O presente Relatório do ano financeiro de 2013, composto por 76 (setenta e seis) folhas, submetido à apreciação e votação pela Câmara Municipal conforme sua deliberação de 8 de abril de 2014, foi aprovado em conformidade com a alínea I) do nº2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, em sessão ordinária da Assembleia Municipal no dia 28 de abril de 2014, pelo que todas as folhas e anexos ficam rubricadas pelos membros da Mesa que abaixo assinam o presente Termo. -----

O Presidente da Assembleia

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Dina Maedele Bandeira Caprallo

